



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

DIOGO NASCIMENTO DE SOUZA LINS

**MEMÓRIAS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO CURSO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UFPE. DA CRIAÇÃO DO CURSO AO FIM DA DITADURA MILITAR:
uma análise documental dos livros atas do departamento de educação física
1972-1987.**

RECIFE
2025

DIOGO NASCIMENTO DE SOUZA LINS

**MEMÓRIAS E IDENTIDADES PROFISSIONAIS NO CURSO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DA UFPE. DA CRIAÇÃO DO CURSO AO FIM DA DITADURA MILITAR:
uma análise documental dos livros atas do departamento de educação física
1972-1987.**

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Educação da
Universidade Federal de Pernambuco,
como requisito parcial para obtenção
do título de mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor José Luis Simões.

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Lins, Diogo Nascimento de Souza.

Memórias e identidades profissionais no curso de Educação Física DA UFPE. da criação do curso ao fim da ditadura militar: uma análise documental dos livros atas do departamento de educação física 1972 1987 / Diogo Nascimento de Souza Lins. - Recife, 2025.

95f.: il.

Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2025.
Orientação: José Luis Simões.

1. Ditadura militar; 2. Educação Física; 3. UFPE; 4. Identidades e memórias profissionais. I. Simões, José Luis. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

Dedico essa vitória a toda minha família, em especial ao meu filho Arthur Luciano, fonte de inspiração e de toda minha luta.

AGRADECIMENTOS

Quero primeiramente agradecer a Deus pelo dom da vida e por chegar até esse momento da minha vida com saúde e feliz pela conclusão do mestrado.

Também quero agradecer a minha família, por todo suporte e paciência comigo. Em especial a minha esposa, Cleudes Hercila, que é uma grande parceria de vida.

Aos meus pais, Damião e Maria de Fátima, fonte de inspiração diária para alçar voos maiores na vida. Devo tudo a vocês!

Aos meus amigos de turma de graduação, carrego todos vocês no coração.

Aos amigos que cruzaram comigo durante o mestrado, em especial aos da minha turma de mestrado e todos aqueles que contribuíram na minha vida de pesquisador.

A chefia do departamento do curso de Educação Física, Profa, Dr. Daniela Karina, e as Técnicas administrativa Jacyra e Cassia por todo apoio dado na coleta da pesquisa, meu muito Obrigado!

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Luís Simões, no qual sem ele não chegaria até aqui. Muito obrigado meu amigo, você é uma pessoa que sem dúvidas quero ter sempre ao meu lado, orientando tanto academicamente como pessoalmente.

Aos Professores Doutores Fábio Paiva, Edilson Fernandes e Raphael Guazzelli que disponibilizaram seu tempo para contribuir na avaliação desse trabalho.

Ao amigo, Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Júnior, que foi uma fonte de apoio primordial para a realização dessa pesquisa. Segurou minha mão quando achei que não iria conseguir.

*“Se eu tivesse mais alma pra dar
Eu daria, isso pra mim é viver”
(Djavan - Linha do Equador)*

RESUMO

O presente trabalho investigou as memórias institucionais do curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), desde a primeira reunião do colegiado em 1972 até o registro final de atas em dezembro de 1987. Através de uma análise qualitativa de quatro livros de registro de atas do Departamento de Educação Física, buscou-se entender como o curso foi moldado durante o período da Ditadura Militar, marcado por pressões políticas e ideológicas do regime militar. A importância da memória coletiva é central para compreender a construção da identidade do curso de Educação Física da UFPE nesse período. Embora o contexto fosse de opressão, alguns profissionais de Educação Física resistiram discretamente ao regime. No primeiro momento, o curso foi estruturado com o objetivo de servir aos interesses do regime militar, com um currículo técnico e disciplinar que visava a conformidade ideológica. No entanto, com o passar dos anos, especialmente após a evolução dos membros do colegiado, a identidade do curso começou a se moldar de forma mais crítica, buscando avanços e uma formação profissional mais alinhada às necessidades da sociedade, muitas vezes em confronto com a repressão política imposta pelo regime.

Palavras-chaves: Ditadura Militar; Educação Física; UFPE; Identidades e Memórias profissionais.

ABSTRACT

This study investigated the institutional memories of the Physical Education course at the Federal University of Pernambuco (UFPE), from the first meeting of the academic board in 1972 to the final recording of meeting minutes in December 1987. Through a qualitative analysis of four volumes of meeting minutes from the Department of Physical Education, the aim was to understand how the course was shaped during the period of the Military Dictatorship, marked by the political and ideological pressures of the military regime. The importance of collective memory is central to understanding the construction of the identity of the Physical Education course at UFPE during this period. Although the context was one of oppression, some Physical Education professionals discreetly resisted the regime. Initially, the course was structured to serve the interests of the military regime, with a technical and disciplinary curriculum that aimed at ideological conformity. However, over the years, particularly after the evolution of the academic board members, the identity of the course began to take on a more critical shape, seeking progress and a professional training more aligned with societal needs, often in opposition to the political repression imposed by the regime.

Keywords: Military Dictatorship; Physical Education; UFPE; Identities and Professional Memories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Foto da folha de rosto do primeiro livro ata.	39
Figura 2 - Foto da folha de rosto do segundo livro ata.	39
Figura 3 - Foto da folha de rosto do terceiro livro ata.	39
Figura 4 - Foto da folha de Rosto do quarto livro ata.	40
Figura 5 - Professor Armando Samico exerceu o cargo de secretaria de segurança publica durante a ditadura militar.	40
Figura 6 - Nomeação do professor Armando Samico como pró-reitor de assuntos comunitários.	41
Figura 7 - Professor Armando Samico defende seu legado frente à secretaria de segurança pública.	42
Figura 8 - Anúncio da aprovação do regimento do curso de educação física da UFPE.	43
Figura 9 - Anúncio de criação do novo curso de educação física pela UFPE no estado.	43
Figura 10 - Anúncio do início das aulas de Educação Física da UFPE.	44
Figura 11 - Caderno de esporte, anúncio do centro esportivo para o ano de 1973.	45
Figura 12 - Requisitos para a seleção de professores (Livro Ata 1, p. 43).	54
Figura 13 - Professores advertidos e falta de conteúdo (Livro Ata 1, p. 117).	55
Figura 14 - Dissolução do diretório acadêmico (Livro Ata 1, p. 151).	57
Figura 15 - Algum estudante poderá ser convidado a participar da reunião, porém sem direito ao voto (Livro Ata 1, p. 183).	58
Figura 16 - Proposta do Professor Rômulo de Araújo para mudança do Departamento de Educação Física para o Centro de Educação (Livro Ata 2, p. 15).	60
Figura 17 - Discussão acerca de abertura de inquérito sobre o Professor Rômulo de Araújo (Livro Ata 2, p. 47).	61
Figura 18 - Imparcialidade e favoritismo nas seleções (Livro Ata 2, p. 120).	62
Figura 19 - O professor Paulo Rubem compartilhou da preocupação com a qualidade (Livro Ata 2, p. 128).	65
Figura 20 - Professora Carmem Monteiro solicitou desligamento da coordenação dos testes (Livro Ata 2, p. 147).	66

Figura 21 - Distanciamento e insatisfação dos alunos com as decisões do colegiado (Livro Ata 3, p. 9).	67
Figura 22 - Proposta de implementação de fardamento (Livro Ata 3, p. 19).	68
Figura 23 - O professor Antônio Roberto destacou que o novo currículo buscava inovar e diferenciar-se dos modelos desenvolvidos em outras instituições (Livro Ata 4, p. 235).	72
Figura 24 - A imagem negativa que essa situação trazia ao curso e ao departamento (Livro Ata 4, p. 292).	75
Figura 25 - Os estudantes aproveitaram o momento para levantar queixas sobre a falta de respeito de alguns professores ao ouvir as demandas dos alunos (Livro Ata 4, p. 339).	76

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1. Educação Física como instrumento da Ditadura Militar	15
2.2. Educação Física no Governo Castelo Branco	18
2.3. Educação Física no Governo Costa e Silva	19
2.4. Educação Física no Governo Médici	21
2.5. Educação Física no Governo Geisel	23
2.6. Educação Física no Governo Figueiredo	26
3. FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
4. ANÁLISES DOS LIVROS ATA DO COLEGIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA	37
- METODOLOGIA DE ANÁLISE DOCUMENTAL	
4.1. Análise Documental - Livro Ata 1: Formação Curricular e Contexto Político-Social	48
4.2. Análise Documental sobre a Formação e Seleção de Professores de Educação Física no Contexto da UFPE	53
4.3. Relações com a Ditadura	56
4.4. Análise Documental - Livro Ata 2: Administração do Departamento de Educação Física	59
4.5. Análise Documental - Livro Ata 2: Área de Pesquisa e Currículo do Curso de Educação Física	62
4.6. Análise Documental - Livro Ata 3: Dinâmicas Administrativas e Questões Gerais do Curso de Educação Física	66
4.7. Análise Documental - Livro Ata 4: Projetos de Pesquisa, Extensão e Eventos no Departamento de Educação Física	69
4.8. Análise Documental - Livro Ata 4: Proposição e Discussão da Reforma Curricular	71
4.9. Análise Documental - Livro Ata 4: Desafios na Administração e Relações entre Professores e Estudantes	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	85

1 INTRODUÇÃO

A atividade física está presente no mundo desde os primórdios da humanidade, compreendida como necessidade humana. O ser humano seria considerado uma raça ativa por natureza, pois os nossos ancestrais utilizavam o corpo como meio de subsistência (Metzner; Rodrigues, 2014). Os movimentos corporais permitiram às civilizações a manutenção da vida e também se constituem formas de atuação na dinâmica social, como trabalho, brincadeira, saúde, espetáculo, lazer e etc.

A necessidade programática em relação aos movimentos humanos, de acordo com a literatura, surgiu com a finalidade de prevenir doenças, utilizando para tanto exercícios corretivos e de prevenção. A maioria dos historiadores e arqueólogos concordam que os chineses, em aproximadamente 2500 a.C., foram os primeiros a criar esses tipos de programas (Pedri-Nelli, 1994; Adams, 1985).

A construção do que viria a ser a disciplina de Educação Física teve início, em território brasileiro, quando os primeiros grupos de colonos, imigrantes, militares, em diferentes partes do país, começaram a se estruturar em atividades afins, buscando o lazer, a formação corporal ou a disciplina (Souza Neto *et al.*, 2004).

Segundo Cavalcante (2008), a história da Educação Física encontra a institucionalização no Brasil Imperial, quando são registradas tentativas de organização do sistema educacional brasileiro, a fim de minimizar o caos que se encontrava na época a educação brasileira.

Um dos aspectos de sua constituição envolve atos e ações estreitamente vinculadas às instituições militares e à classe médica. “Esses vínculos foram determinantes, tanto no que diz respeito à concepção da disciplina e suas finalidades quanto ao seu campo de atuação e à forma de ser ensinada” (Lima, 2012 p. 150). O corpo físico, a destreza, a civilidade e a manutenção da saúde eram os principais aspectos em sua difusão, inclusive com forte apelo para o nacionalismo.

Segundo Gebara *et al.* (1992), no período compreendido entre 1850 e o final do século XX, evidenciou-se o significado da Educação Física. A partir daí, novas pesquisas foram se aprofundando para que chegasse a uma resposta conclusiva. Em muitos momentos, a Educação Física confundia-se com a prática da ginástica.

Na história da Educação Física, fortes traços da Biomedicina estiveram presentes, com vistas a produzir benefícios fisiológicos sem pensar sobre as atividades desenvolvidas. A transformação social, a formação de valores e o respeito

à diversidade não detinham cultivo (Eller *et al*, 2013)¹.

A principal crise notadamente para a área decorreu nos anos 80, trazendo para o cenário da educação física os conhecimentos oriundos das ciências sociais e humanas. Foi através da aproximação com a Pedagogia, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia, a Psicologia, a Economia, a Filosofia, a Comunicação, entre outras, que o campo das práticas corporais incorporou preocupações profundas sobre o adjetivo humano. Nesta nova conformação, mais ampliada, há adesão da concepção de ser humana que possui cultura, história, emoção (Bracht, 2007), para além de sua antropometria, tornando a área para caminhos diversos além daqueles percorridos ao longo da sua história.

É nesse mesmo contexto que ocorreu uma proliferação de discursos científicos na área, com a redemocratização do país após um período sombrio da nossa sociedade, que foi a ditadura militar, inclusive repercutindo na reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de educação superior, currículos escolares e políticas públicas para o setor.

Num contexto de direitos fundamentais, com a Carta Magna assegurando educação e saúde, a construção de uma nova sociedade, inclusiva e comprometida com as demandas sociais, deposita-se na academia papel especial diante da sua missão formativa, na formulação e difusão de novos saberes. A profissionalização para a educação física, nesta perspectiva, também precisava construir identidade profissional pautada na compreensão da multidimensionalidade dos fatores que influenciam a cultura corporal do movimento, problematizando, suas práticas culturais e exclusões, em prol da coletividade.

Segundo Benites, Neto e Hunger (2008), a Educação física demorou para incorporar alguns parâmetros normativos, mesmo assim deu um grande salto de qualidade no final do século XX, ao organizar a sua área de estudos e formações por eixos temáticos de conhecimento de acordo com a resolução Conselho Federal de Educação (CFE) 03/87, delimitando em Bacharelado e Licenciatura. Entretanto, apenas em 2012 houve a incorporação da divisão do curso de educação física na UFPE, um atraso de mais de 10 anos em relação às outras universidades do país.

Diante do exposto, essa pesquisa desenvolveu registros das memórias dos professores e egressos no curso de Educação Física da Universidade Federal de

¹ Disponível em [2641 \(cbce.org.br\)](http://2641.cbce.org.br). Acesso em 22 nov 2022.

Pernambuco (UFPE), a partir do período da criação do curso de educação física da UFPE (1973) até o fim do regime militar. Analisando a partir da documentação dos livros ata como o colegiado do curso de Educação Física e Técnico em Desportos impactou a construção administrativa e curricular do curso e compreendeu as diferentes perspectivas sobre a formação e papel do profissional de Educação Física no período ditatorial-militar brasileiro. Quando a perspectiva da área teve que ser repensada, pois “os efeitos desse modelo começaram a serem sentidos e contestados: o Brasil não se tornou uma nação olímpica e a competição esportiva da elite não aumentou o número de praticantes de atividades físicas” (Lima, 2012 p. 153).

A UFPE situou-se nesta proposição de pesquisa enquanto lócus investigativo pelo protagonismo regional nacional que possui, na medida em que a formação de professores de educação física é parte integrante e essencial para uma educação de qualidade, no atendimento às múltiplas dimensões humanas, fornecendo subsídios que possibilitem aos egressos estruturarem sua tarefa pedagógica com repercussões emancipatórias na vida do alunado.

Como objetivos específicos, foram discutidos conceitos e concepções relacionados à construção da identidade profissional do (a) professor (a); abordando a influência do contexto político e social da ditadura na sociedade brasileira, utilizando os livros ata para identificar como os membros do colegiado do curso de Educação Física construíram a Educação Física como curso acadêmico e desenvolveram reformas curriculares, especialmente seus efeitos na formação de professores de educação física e para a educação física; identificando principais memórias a respeito de diretrizes curriculares do curso de educação física da UFPE no período estudado, em relação à prática pedagógica; aprendendo limites e potencialidades para a constituição da identidade do professorado da educação física graduado pela UFPE diante das novas demandas por transformação social através da prática pedagógica.

No contato com lacunas noutros *laboros* científicos, produzir conhecimento sobre o período de democratização do Brasil é de significativa importância para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, oportunizando refletir um traço da sua influência na formação profissional de educadores.

Apesar de a temática ser ampla nacionalmente, é consideravelmente escassa a abordagem considerando o Estado de Pernambuco. Em tese que tratou da inserção do ensino superior da Educação Física na política educacional, tem-se o recorte temporal dos achados documentais até 1983, demonstrando contribuição do curso de

Licenciatura da UFPE na viabilização de projetos governamentais de desenvolvimento desde a sua criação, propagando ideologia nacional-desenvolvimentista e também formando consciência cívica e política, inerentes à época² (Cavalcante, 2008)³.

Com a perspectiva de retorno social, pretende-se colaborar com o fortalecimento da área, podendo originar ressignificação de práticas e apontar caminhos institucionais, com legitimação científica, diante do debate epistemológico que se trava em torno do estatuto científico e/ou pedagógico da educação física (Fensterseifer, 1999). Temas ainda marginalizados precisam tomar, cada vez mais, formas, pessoas e espaço nos Programas de Pós-Graduação, para consolidação acadêmica e novas (re)interpretações, superando a busca originária e recorrente de responder a desordenadas horas de trabalho exercidas pelos trabalhadores. Precisamos cada vez mais dar voz aos marginalizados e excluídos do processo histórico.

A escolha do programa é feita por uma aproximação do tema de pesquisa com as particularidades da linha de identidades e memórias, pois, resgatar e colocar “luz” em sujeitos inviabilizados é de fundamental importância para a construção da formação histórica pesquisada. Ainda sim, a educação física bebe da fonte direta da educação, onde precisamos cada vez mais nos aprofundar e debater para que possamos contribuir com a área que, costumeiramente e erroneamente, acredita que produzir ciência é estar dentro de um laboratório ou inovando em técnicas esportivas. Logo, que possamos quebrar mais paradigmas e aprofundar estudos em seus mais variados temas.

Ao revisitar a história e as memórias documentais daqueles que vivenciaram o curso de Educação Física na UFPE durante a ditadura militar, este trabalho não apenas contribuiu para a preservação de uma memória coletiva, mas também incentivou uma reflexão crítica sobre os valores e princípios que devem fundamentar a formação acadêmica atual. A análise dessas memórias oferece uma oportunidade para que a sociedade e a comunidade acadêmica compreendam melhor o impacto histórico do autoritarismo na educação e possam, assim, reconstruir suas práticas pedagógicas e identitárias com maior consciência e liberdade.

² A referida tese abrangeu a implantação do curso da UFPE na década de 1970 até o ano de 1983.

³ Disponível em: [RI UFPE: O ensino superior da educação física no Estado de Pernambuco \(1940-1972\)](#). Acesso em 22 de Nov 2022.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Faz-se necessário destacar que o caráter dessa pesquisa está estreitamente ligado a uma discussão do campo da Educação, pois entendemos a condição da Educação Física enquanto componente curricular obrigatório nas escolas de ensino básico, repercutindo também em parâmetros curriculares para a educação superior. A ideia de nossa pesquisa foi observar a condição da Educação Física, através da constituição de novo *habitus* profissional.

Nesse sentido, entendemos o diálogo necessário da academia com a escola, e composição da disciplina necessariamente com a configuração social e a ambiência cultural, para que possamos afirmar se a tarefa pedagógica é capaz de produzir ou apenas absorver conhecimentos das ciências de origem (Chervel, 1990; Chevalard, 1991; Belhoste, 1995; Goodson, 1995a e 1995b).

De acordo com Góis Júnior e Simões (2011), no Brasil Império, sobre forte influência europeia a educação física chega ao Brasil seguindo uma tendência higienista e utilitária, sem formação pedagógica e era vista apenas como sinônimo de ginástica ou formação militar.

A partir da república velha e após, com o estado novo, a educação física desenvolve-se e se consolida nas instituições de ensino. Segundo Soares et al. (1992 *apud* Metzner; Rodrigues, 2014) mesmo diante de todas essas transformações, ainda nesse momento os profissionais de Educação Física que atuavam nas escolas eram os instrutores formados pelas instituições militares. Isso acontecia devido ao fato de a Educação Física não ter um caráter definido sendo entendida como atividade exclusivamente prática. Seu aspecto intelectual não era considerado, restringindo-se ao benefício do desenvolvimento motor e da saúde física.

A intervenção profissional é marcada de maneira hegemônica pelo aspecto biológico, pautado na racionalidade biomédica, no âmbito privado e individual.

Esta perspectiva, além de desconsiderar o corpo como fruto de seu contexto histórico e cultural, os significados e valores atribuídos ao/pelo corpo em determinada sociedade, tendem a assumir uma visão unilateral sobre a assunção de um modelo de “vida ativa” ou comportamento ativo, transmitindo a ideia de que repousa somente na força de vontade individual a prática de atividades físicas (NOVAES, 2009, p. 385)⁴.

⁴ NOVAES, Caio. Ciência e o conceito de corpo e saúde na Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v.15, n.2, p.383-395, abr./jun. 2009.

Homens fortes e mulheres com gestos refinados também estão presentes nos interesses do trabalho educacional através da educação física. Escolas vinculadas às Igrejas confessionais no Brasil voltavam-se ao ensino das virtudes. As práticas corporais ressaltavam exercícios físicos, como por exemplo, a ginástica, os esportes, os jogos e as danças para resultados de ordem, disciplina, moral e decoro do corpo (Lira, 2009)⁵.

Segundo Cavalcante (2008), a concepção tecnicista, muito trabalhada no Estado Novo e também pelos militares, serviu aos governos de ideologia para treinar o povo brasileiro, desde a sua infância, para serem competitivos no mercado de trabalho, preparando-os para produzir mais, com o objetivo de o Brasil competir com as potências mundiais, tanto no cenário econômico como o esportivo.

Em 1945, com o fim do Estado Novo, deu-se início a um período democrático e nesse meio surgiu uma nova fase para a Educação Física com o Decreto Lei 8270, que propôs a primeira revisão da proposta curricular, redimensionando o curso de dois para três anos, mas mantendo os cursos de um ano e promovendo mudanças na carga horária das disciplinas.

2.1 Educação Física como instrumento da Ditadura Militar

Com o golpe militar de 1964, o governo planejou utilizar as escolas públicas e privadas como plataforma para promover a ideologia do regime. Após as vitórias da Seleção Brasileira nas Copas do Mundo de 1958 e 1962, o esporte, especialmente o futebol, foi associado à Educação Física escolar. O terceiro título na Copa de 1970 foi o auge da estratégia de "pão e circo", mantendo o foco nos conteúdos esportivos nas aulas de Educação Física (Darido; Rangel, 2005, p. 3). Segundo Teixeira (2015, p. 84), a música "Pra Frente Brasil", composta por Miguel Gustavo, se tornou um hino de motivação para a Seleção Nacional e para todos os torcedores brasileiros, ao mesmo tempo em que expressava o sentimento de união nacional e objetivo comum compartilhado.

Após assumirem o governo em 1964, as forças armadas passaram a investir no esporte, tendo em vista a Educação Física como meio para que o país obtivesse

⁵ Disponível em: [RI UFPE: Academia das santas virtudes: a educação do corpo feminino pelas Beneditinas missionárias nas primeiras décadas do século XX](#) Acesso em 20 ago 2021.

sucesso em competições de alto nível (Darido; Rangel, 2005). A intenção era criar heróis esportivos, mas somente o futebol havia obtido sucesso, e outras modalidades precisavam crescer para lançar atletas de elite (Teixeira, 2015). Por isso, o esporte se tornou a referência primária dentro do planejamento curricular, segundo Kolyniak (1998 *apud* Esteves, 2015, p.1). "Nessa época, a ideia central era fazer do Brasil uma potência, sendo fundamental eliminar as críticas internas e demonstrar um clima de prosperidade e desenvolvimento" (Darido; Rangel, p. 4).

De acordo com Darido e Rangel (2005), a Educação Física na escola durante o regime militar era marcada pela ênfase no rendimento e na seleção dos mais habilitados, com o professor desempenhando um papel centralizador. O lúdico era abolido em favor de tarefas esportivas mecânicas, e desde o início da ditadura, as políticas públicas uniam o esporte escolar ao esporte de competição. O método esportivo substituiu o método desportivo generalizado, com ênfase na especialização em uma única modalidade esportiva, e o professor passou de instrutor a treinador. Na Política Nacional de Educação Física e Desporto de 1976, constava que a Educação Física deveria fazer parte da base de um sistema piramidal. Segundo Krawczyk et al. (1979 *apud* Betti, 1991), para chegar ao elevado nível do esporte de alto rendimento, é necessário um treinamento intenso desde a juventude, e talentos por seleção natural não são suficientes, o que resulta em uma considerável queda no número de candidatos ao topo da pirâmide.

Cabe aqui uma questão importante, pois se o esporte de alto rendimento é reservado a uma pequena parcela de superdotados, quais seriam as possibilidades de participação das pessoas comuns – incluindo os idosos e crianças – no esporte? Se a prática esportiva traz benefícios, todos têm direito de usufruí-los (Betti, 1991, p. 58).

De acordo com Krawczyk et al. (1979, *apud* Betti, 1991, p. 58) "O esporte como fator de desenvolvimento, saúde e forma física realiza-se principalmente em suas formas pedagógicas e de entretenimento".

De acordo com Betti (1991), a visão elitista do sistema piramidal coloca o esporte de alto rendimento como topo da pirâmide, tornando difícil para pessoas sem habilidades psicomotoras excepcionais alcançarem esse nível. Belbenoit (1976 *apud* Betti, p. 60) critica o modelo piramidal e a relação entre esporte de massa e esporte de alto rendimento, argumentando que eles não são antagonistas e não possuem uma ligação lógica.

Ele afirma que a teoria de que campeões estimulam a prática das massas é um princípio equivocado. Na década de 70, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED) foi criado como um órgão superior ao MEC, representando o início do planejamento governamental na área da Educação Física e esporte (Betti, 1991, p. 108). Betti (1991) afirma que é nesse momento que o sistema piramidal começa a fazer parte definitiva da Educação Física.

A Política Nacional de Educação Física e Desportos (PNED) foi criada para prever várias ações e projetos na Educação Física e esportes, como a melhoria das instalações físicas das redes de ensino, treinamento dos professores, programas de incentivo e apoio ao estudante-atleta, realização de competições estudantis e distribuição de manuais de Educação Física. No entanto, apenas 29% dos recursos previstos foram destinados (Betti, 1991). Segundo Betti (1991), embora não haja registros de avaliações do PNED, evidências apontam que pouco foi feito para melhorar a Educação Física Escolar, fato que foi admitido em documentos posteriores do MEC elaborados após 1980. O principal efeito da Política Nacional de Educação Física e Desportos e do PNED foi dar prioridade ao esporte, tornando a Educação Física Escolar cada vez mais esportiva.

De acordo com Oliveira (2002), as reformas educacionais de 1968 (Lei 5.540) e 1971 (Lei 5.962 e decreto 69.450) impuseram a Educação Física Escolar de maneira autoritária, com o objetivo de formar mão de obra eficiente e atletas de alto rendimento. Isso foi alcançado por meio da disciplinarização, normatização e da utilização da educação escolar como base. Neste capítulo, pretendeu-se abordar a historiografia da Educação Física Escolar, do esporte e a interferência governamental durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, para depois adentrarmos nas discussões pós 1985. O conjunto de práticas corporais nas escolas foi resumido à prática de alguns esportes, e as aulas de Educação Física passaram a ter como base apenas as técnicas esportivas, com a repetição de movimentos e técnicas estereotipadas (Oliveira, 2002).

Conforme historiadores da área afirmam, o esporte codificado, normatizado e institucionalizado pode atender significativamente aos anseios de controle por parte do poder, o que pode ter contribuído para a limitação das práticas corporais nas escolas. Como resultado, tanto professores quanto alunos começaram a adotar uma postura em relação ao esporte que respondia de forma significativa aos anseios de controle do poder, uma vez que tendia à padronização (Oliveira, 2002). Segundo Oliveira (2002), a historiografia revela que a Educação Física Escolar estava

fundamentada na ideologia de segurança nacional e do Brasil potência, tornando a tecnização das práticas corporais um meio para criar corpos saudáveis e habilidosos para o trabalho, deixando assim que as políticas públicas planejassem e gerenciassem a educação e as práticas escolares.

2.2 Educação Física no Governo Castelo Branco

Segundo Germano (2008), em 1964, o golpe de Estado interrompeu o processo de democratização que estava em andamento no Brasil desde os anos 1940. Com a tomada do poder pelo Exército, o esporte passou a ser valorizado nas aulas de Educação Física Escolar com o objetivo de formar atletas que poderiam conquistar medalhas em competições internacionais, gerando assim propaganda positiva para o regime. No entanto, essa ênfase no esporte também criou a falsa ideia de que poderia trazer ascensão social e melhor qualidade de vida, conforme afirmam Kolyniak (1998) e Maciel (2013), citados por Esteves (2015, p. 1).

Com a chegada das forças armadas ao poder em 1964, as diferenças sociais foram ampliadas e a liberdade dos cidadãos foi suprimida. Conforme Germano (2005) citado por Teixeira (2015), “apenas uma pequena minoria, filtrada no ensino secundário, ascenderá à Universidade, e, para a grande maioria, ter-se-á de considerar a escola secundária como sua formação final” (Germano, 2005, p. 131 apud Teixeira, 2015, p. 43). “No intuito de lograr as suas expectativas, o regime militar passou a lançar mão de atos institucionais, os quais consistiam em incorporar dispositivos não previstos na constituição Brasileira” (Teixeira, 2015, p. 45). O Ato Institucional nº 1 (AI-1), por exemplo, deu plenos poderes ao Presidente da República, sob a justificativa de afastar qualquer traço de comunismo no Brasil (Teixeira, 2015). Em 11 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito para a Presidência da República pelo Congresso Nacional, consolidando o poder dos militares no país (Teixeira, 2015). O discurso autoritário do regime militar se apresentou como salvacionista, alegando que as forças armadas salvaram o Brasil do comunismo e da subversão, restaurando a ordem e abrindo as portas para o progresso e desenvolvimento (Germano, 2008).

2.3 Educação Física no Governo Costa e Silva

Arthur Costa e Silva, eleito Presidente em 1967, “um representante da corrente linha dura que comandou um governo marcado por contestações” (Teixeira, 2015, p. 49). A repressão política atingiu fortemente a área da educação, com a invasão de sedes universitárias pelas forças militares, como ocorreu na Universidade de Brasília (UNB), e o incêndio da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) logo após o golpe (Germano, 2008). Em 1968, uma manifestação no Rio de Janeiro contra a conduta repressiva do regime militar acabou gerando o assassinato do estudante secundarista Edson Luís pela polícia militar (Teixeira, 2015). Os movimentos culturais e estudantis, que lutavam pela libertação e democratização, contra o imperialismo norte-americano e a miséria do povo, e apoiavam a reforma agrária, foram reprimidos com ainda mais rigor que as próprias universidades, escolas e bibliotecas, com a prisão, cassação, exílio de professores, cientistas e estudantes, como foi o caso de Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Celso Furtado e muitos outros (Germano, 2008).

Durante o período de intensa repressão, em 2 de setembro de 1968, durante uma sessão da Câmara dos Deputados, Márcio Moreira Alves fez um discurso em que incentivava as famílias a boicotarem o Dia da Independência.

O motivo da indignação de Alves dava-se em decorrência da invasão da Universidade de Brasília (UNB), dias antes por tropas militares. O discurso foi considerado uma afronta aos militares, que rapidamente solicitaram a cassação de Moreira Alves junto à Câmara dos Deputados. (Teixeira, 2015, p. 40).

Entretanto, segundo a Constituição de 1967, o poder legislativo era autônomo e seus membros, deputados e senadores, gozavam de inviolabilidade em relação aos seus votos, palavras e opiniões no exercício do mandato, conforme estabelecido no artigo 34 da mesma Constituição. “para serem processados criminalmente, a Câmara ou o Senado, de acordo com o mandato do parlamentar, teriam que conceder prévia licença.” (Teixeira, 2015, p. 50). O governo esperava a cassação de Alves e tentou manobrar na Câmara dos Deputados para obter a licença que permitiria o processo contra o Deputado, mas os parlamentares votaram contra as forças armadas, uma vez que gozavam de imunidade de acordo com a constituição de 1967 (Teixeira, 2015).

Como represália a esta iniciativa e, talvez muito mais o discurso de Alves servindo de pretexto para se exacerbar a ditadura no país, no dia 13 de dezembro de 1968, uma sexta feira, um dia após a sessão que evitou o processo contra o deputado, foi baixado o AI-5, criando-se artifícios que asseveravam o controle sobre os parlamentares. (Teixeira, 2008, p. 50).

Conforme mencionado por Teixeira (2015), a justificativa para a promulgação do AI-5 foi a necessidade de um maior controle sobre as instituições e cidadãos, a fim de conferir uma maior credibilidade ao regime militar. Com base na doutrina da segurança nacional, a disciplina e a ordem foram enfatizadas no discurso adotado pelo governo (Germano, 2008). Mesmo que o sistema educacional tenha sido colocado como uma das prioridades do regime militar, essa abordagem foi utilizada para promover medidas coercitivas.

Nesse sentido, Germano (2005) destaca que, na área da educação, partindo de pressupostos discutidos no país desde a década de 1940, os militares apressaram-se em implantar a Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68), na qual, dentre outras coisas, atenderam-se a reivindicações acerca da eliminação do sistema de cátedras, da introdução à organização departamental e do incentivo à pós-graduação. A estratégia do regime militar com a reforma Universitária consistiria em abafar os movimentos estudantis, que, como se mencionou anteriormente, constituíram um pilar de resistência ao governo militar. (Germano, 2005 apud Teixeira, 2015, p. 52).

De acordo com Germano (2008), o exército desenvolveu uma pedagogia que valorizava o ensino de conteúdos relacionados à organização, disciplina e obediência, visando a educação da infância e juventude fora dos quartéis. De acordo com Teixeira (2015), a Reforma Universitária foi aprovada às pressas pelo governo com o intuito de formar grupos que fossem favoráveis à ditadura, a fim de enfrentar os grupos oposicionistas que ameaçavam a hegemonia do regime militar no ambiente universitário. Germano (2005) corrobora essa visão.

De acordo com Germano (2008), os militares tinham a intenção de reorganizar o Brasil de acordo com a visão de progresso que eles tinham, além de suprimir as insatisfações políticas e sociais contra o regime. Por essa razão, a reforma do sistema educacional começou pelo topo, ou seja, pela educação superior. Enquanto isso, a Educação Física seguia na direção desejada pelo regime, visto que o esporte de massa estava se popularizando pelo país, tal como almejava o governo (Teixeira, 2015). “Assim, a disciplina assumiu o esporte como referência primária dentro do planejamento escolar.” (Kolyniak, 1998 apud Esteves, 2015, p. 1).

2.4 Educação Física no Governo Médici

Em outubro de 1969, a presidência da República passou para as mãos de Emílio Garrastazu Médici, após o mandato de Costa e Silva ser interrompido devido a um derrame cerebral. Médici não tinha intenção de se candidatar, mas foi convencido pelos militares. De acordo com a Constituição de 1967, o vice-presidente assumiria em caso de impedimento do presidente, mas o sucessor de Costa e Silva era Pedro Aleixo, um civil que se opunha à promulgação do AI-5, o que não agradava os militares linha dura. Para contornar a Constituição, as forças armadas criaram um novo Ato Institucional, o AI-12 (Teixeira, 2015). O artigo primeiro deste ato afirmava:

Enquanto durar o impedimento temporário do Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, por motivos de saúde, as suas funções serão exercidas pelos ministros da Marinha de Guerra, do exército e da Aeronáutica Militar nos termos dos atos Institucionais e Complementares, bem como da Constituição de 24 de janeiro de 1967 (Brasil, 1969b *apud* Teixeira, 2015, p. 57).

Médici desempenhou um papel fundamental nos chamados "anos de chumbo", que se iniciaram com a promulgação do AI-5 e terminaram ao final de seu mandato (1969-1974). Durante esse período, houve uma intensa repressão contra os movimentos de esquerda e outros grupos considerados inimigos da "revolução" (Teixeira, 2015). "O Estado adotou ações repressivas, mas com a cautela de que elas não soassem como medidas autoritárias perante a sociedade" (Teixeira, 2015, p. 57-58). Apesar do discurso de "ideias revolucionárias" criado para combater as forças opositoras, os militares não conseguiram acabar com o aumento dos grupos opositores, como as guerrilhas armadas. Durante esse período repressivo, o Estado teve que atender aos interesses das classes dominantes, mas também lidar com as reivindicações das classes média e baixa que esperavam melhorias nas condições sociais. Inicialmente, o governo de Médici se beneficiou de uma estabilidade econômica favorável, o que gerou otimismo tanto entre a classe dominante quanto a classe média, e esse efeito foi chamado de "milagre econômico". A corrente linha dura aumentou o clima de otimismo que propagandeava os louvores da "Revolução de 1964" em relação ao restabelecimento da ordem social e ao crescimento do Brasil (Teixeira, 2015, p. 58).

A partir dessa conjuntura, foi implementada uma reforma educacional nos níveis de ensino fundamental e médio, que encontrou pouca resistência, já que as

lideranças estudantis e de esquerda eram fortemente reprimidas, ao contrário da Reforma Universitária, que foi alvo de muitos protestos (Teixeira, 2015). Essa reforma acentuou ainda mais as desigualdades sociais, pois priorizava a quantidade em detrimento da qualidade do ensino. O objetivo do regime militar era levar o país à categoria de nações desenvolvidas, e, para isso, foi criado o Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura (I PSEC), vinculado ao Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), com vigência prevista para o período de 1972 a 1974.

As camadas populares e médias passaram a enxergar a educação como uma possível alternativa para obter sucesso e ascensão social, ampliando as oportunidades de consumo. A nação crescia, e os cidadãos eram incentivados a seguir rumo ao desenvolvimento, onde eficiência, rentabilidade e produtividade eram os lemas.

"Educação como investimento" era a expressão-chave dentro de um cenário ufanista propiciado pelo "milagre econômico" (Teixeira, 2015, p. 60). Nesse contexto, a Educação Física não poderia ficar de fora. Por meio da "Campanha Nacional de Esclarecimento Esportivo", buscou-se despertar uma nova consciência esportiva na população e convocar os professores a participarem da melhoria das condições físicas da população para elevar o Brasil ao mesmo patamar das nações desenvolvidas em relação à Educação Física. Para tanto, 30% das verbas da loteria esportiva foram destinados a programas de Educação Física e atividades esportivas, conforme o Decreto-Lei nº 594/69. Foi elaborado também o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PED 1971/1974) (Teixeira, 2015). Segundo Teixeira (2015), o país experimentava uma euforia em razão do crescimento econômico, o qual seria abalado por uma crise que se avizinhava no horizonte internacional desde 1973, colocando em risco a intenção do governo de elevar a Educação Física ao patamar das nações capitalistas desenvolvidas, por meio do esporte de massa.

2.5 Educação Física no Governo Geisel

Ernesto Geisel assumiu a presidência do país em 1974, permanecendo no cargo até 1979. Ele adotou uma postura mais participativa e dialogal com a sociedade, caracterizando a corrente sorbonista, com o objetivo de recuperar a imagem desgastada das forças armadas e conduzir o país de volta à democracia, como menciona Teixeira (2015, p. 61).

No entanto, a crise do petróleo, que começou durante o mandato de Médici, acabou se prolongando durante o governo de Geisel. Isso provocou a diminuição do poder de compra da classe média, enquanto as classes populares demandavam melhorias nas condições sociais, uma vez que o crescimento do país não tinha beneficiado essas camadas da população. Nesse contexto, o regime perdeu parte do apoio das elites.

Além disso, o plano de crescimento econômico para depois dividir seus lucros acabou acentuando ainda mais a desigualdade social. Conforme Teixeira (2015, p. 63), "o fim do milagre econômico contribuiu para desvelar as frestas existentes numa realidade em que o alardeado índice de crescimento não mais conferia credibilidade ao governo militar". Para conter a desconfiança e insatisfação da classe média, que antes via no desenvolvimento econômico uma possibilidade de ascensão social, o governo passou a aumentar os discursos convocando a participação popular.

Criou-se a expectativa de que, até o fim da década de 1970, o Brasil alcançasse sensível aumento da renda per capita, destinando atenção especial ao desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Para tanto, as metas visavam à progressão do produto interno bruto, geração de empregos (notadamente para as faixas mais pobres da população) e elevação das exportações (Teixeira, 2015.p. 64).

O objetivo do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) (1976/1979) era o desenvolvimento social, com foco na atenção às classes médias e trabalhadoras, além da redução da pobreza, especialmente nas regiões mais carentes. O I PND já havia indicado a necessidade de uma melhor distribuição de renda para promover o desenvolvimento em várias regiões do país, mas foi no II PND que essa estratégia se tornou fundamental. No entanto, o II PND não se sincronizou com o II Plano Setorial de Educação e Cultura (II PSEC) (1975-1979), ao contrário do que havia acontecido entre o I PND e o II PSEC, o que acabou gerando descompasso na área da educação. (Germano, 2005 citado em Teixeira, 2015, p. 64).

De acordo com Germano (2005) citado por Teixeira (2015), o II PSEC ainda seguia a teoria do capital humano, que enfatizava a lógica de mercado na educação, não contemplando o caráter participativo do II PND. Isso pode ser explicado pela predominância de ministros militares na educação, ao contrário dos ministérios da economia que eram liderados por civis. Durante o II PSEC, houve tentativas de ajustá-lo ao II PND para destacar seu caráter democrático e participativo.

Para atingir esse objetivo, o II PSEC analisou os resultados alcançados pelo I PSEC, considerando os avanços e as áreas que precisavam ser melhoradas, como a educação pré-escolar, o ensino fundamental e médio, o ensino superior e o ensino supletivo, que incluía o MOBRAL. Havia uma preocupação em estender a educação para uma parcela maior da população, incluindo a zona rural, indicando que o tom participativo agora fazia parte dos objetivos do II PSEC (Teixeira, 2015).

De acordo com Germano (2008), os militares abandonaram o discurso de desenvolvimento em favor de "planos e programas educacionais" que prometiam democratização política, participação popular no governo e redistribuição de renda, com o objetivo de garantir a legitimidade do regime militar. Esse discurso se tornou predominante nos II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) juntamente com o terceiro Plano de Educação Cultura e Desporto, devido à mobilização das periferias urbanas e da zona rural. Assim, foi criada uma política educacional que prometia combater a pobreza.

Dois programas simbolizam essa política compensatória no campo da educação: o Programa Nacional de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o meio rural e o programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as populações carentes urbanas, ambos criados em janeiro de 1980 pelo ministro da Educação Eduardo Portella (Germano, 2008, p. 330).

A Educação Física recebeu grande ênfase no II PSEC, conforme mencionado por Teixeira (2015), o então ministro da Educação e Cultura, Ney Braga, afirmou na introdução do documento que a Educação Física nas escolas deveria ser voltada para o aprimoramento do preparo físico, com o objetivo de formar atletas. Esse foi o objetivo geral proposto pelo II PSEC, e os objetivos específicos foram descritos como "aumentar as atividades esportivas de massa, estendendo-as a pessoas de todas as regiões e classes sociais" (Brasil, 1976c, p. 38 *apud* Teixeira, 2015, p. 36).

Além disso, o regime militar buscava ampliar o diálogo com a esfera governamental em relação à educação e à Educação Física, a fim de mitigar as tensões entre oposição e governo e enfrentar a realidade de não ter controle sobre grupos militares de extrema direita que estavam recorrendo a ações altamente repressivas contra pessoas e grupos considerados subversivos.

A morte do jornalista Vladimir Herzog, em outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976, traduzem esse quadro. Dois casos em que o governo se apressara em dizer que se tratava de suicídios, embora ambas as vítimas estivessem nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOICODI), isto é, sob a tutela do Estado. Em virtude desses acontecimentos, o comandante do II Exército, general Eduardo D'Ávila de Mello, foi sumariamente transferido para a reserva pelo presidente Geisel em janeiro de 1976 (Teixeira, 2015, p. 66).

A cúpula das forças armadas, que valorizava muito o patriotismo e a honra, não conseguiu controlar a corrupção que permeava os círculos de poder militares. De acordo com Teixeira (2015, p. 67), "Geisel conviveu com a constante quebra de hierarquia, reconhecendo que a insubordinação extrapolava para outras modalidades que não as atitudes intempestivas de grupos torturadores". Era necessário dar continuidade ao processo de redemocratização, e para isso, Geisel precisava de um sucessor que fosse favorável à abertura política e à flexibilização, pois a sociedade não toleraria mais nenhum movimento que retornasse à linha dura do regime.

Em 1977, com o perigo do general Silvío Frota, candidato da corrente linha dura, se tornar presidente, Geisel exonerou o ministro do Exército de seu cargo. A escolha de João Batista Figueiredo como sucessor de Geisel se deu pela afinidade de pensamentos com o presidente. Durante a segunda metade do governo de Geisel, as classes populares, estudantes e movimentos sociais foram às ruas em protesto, exigindo o fim da ditadura e o retorno da democracia.

O fato é que só no final do seu governo o presidente que ficou conhecido como o artífice da abertura, o "ditador sem ditadura" delineou com clareza o caminho da transição política para o regime civil, processo que ainda conheceria alguns sustos, mas nenhum retrocesso efetivo. Até o começo de 1977, a abertura era uma miragem, um projeto ainda incerto, mais preocupado com reorganizar o "modelo político" do regime. A partir de 1978, transformou-se em uma agenda política voltada para a transição democrática. Mas a batalha das ruas estava apenas começando. Durante a crise estudantil de 1977, muitas vozes expressivas de diversos setores sociais, profissionais, religiosos e culturais se manifestaram na carona dos protestos de rua. Não houve um dia, naquele ano, em que a imprensa não publicasse notícia sobre as "siglas da democracia". Foi uma verdadeira sopa de letras que se tornaram sinônimas da oposição democrática ao regime: OAB, CNBB, SBPC, ABI. Era o apogeu da crença na "sociedade civil", termo que se consagra como expressão da luta pela democracia, contrapondo-se ao lugar do poder autocrático, o Estado (Napolitano, 2014, p. 262 *apud* Teixeira, 2015, p. 68-69).

2.6 Educação Física no Governo Figueiredo

Durante a transformação do quadro político, houve a ascensão de Figueiredo à presidência em 1979, dando continuidade ao projeto de seu antecessor. Em seu

governo, foi promulgada a Lei nº 6.683/79, que concedeu anistia a todos os indivíduos que haviam cometido crimes políticos no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, segundo Teixeira (2015, p. 69).

Art.1 É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direita e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (Brasil, 1979 *apud* Teixeira, 2015, p.69).

Enquanto a Lei nº 6.683/79 permitiu a anistia para pessoas que foram punidas pelos Atos Institucionais e permitiu que exilados políticos retornassem ao país, também absolveu torturadores e qualquer pessoa que tivesse cometido ações repressivas de seus crimes. Nesse contexto de tensões em relação à redemocratização, o III PND (1980/1985) foi elaborado para lidar com o desequilíbrio provocado pela inflação e estagnação econômica, resultado da crise energética mundial.

Como soluções, foram adotadas políticas como a substituição do petróleo pelo álcool e carvão. No entanto, assim como o II PND, o III reconheceu que as populações de baixa renda não foram beneficiadas pelo modelo econômico, que apenas aumentou a desigualdade social, favorecendo as camadas de maior poder aquisitivo (Teixeira, 2015).

Finalmente, com o enfraquecimento do regime militar, houve uma inclusão real das camadas menos favorecidas nas políticas setoriais do III PND. O III PSECD (1980/1985), que se concentrou na educação, cultura e esportes, também tinha como objetivo construir uma sociedade democrática, com um foco específico na população de baixa renda (Germano, 2005 *apud* Teixeira, 2015, p. 60). No entanto, segundo Teixeira (2015), na área de Educação Física, não houve uma integração significativa entre o III PND e o III PSECD, "especialmente no que se refere à disseminação do esporte em massa como um meio de participação da sociedade" (p. 70). Embora a teoria do III PSECD para a educação física fosse fazer com que a atividade física de massa se tornasse parte da sociedade, o esporte de alto rendimento é seletivo, pois nem todos possuem o mesmo nível de habilidade. Na prática, a teoria de promover a integração social, principalmente para as populações mais pobres, não funcionou tão bem (Teixeira, 2015).

Na esfera do desporto, o objetivo reside na intensificação das atividades físicas de lazer e de aperfeiçoamento corporal. Buscava-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, sua prática e a dos Desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º Grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas, bem como incentivar as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.

A educação física e o desporto se apresentam, sob os seus numerosos aspectos, como um fenômeno de amplitude e forças excepcionais, bem como de marcante universalidade, atingindo a pessoa, quer como participante, quer como espectador. Pode e devem contribuir no futuro, de maneira mais decisiva que no passado, para o desenvolvimento do homem e sua melhor integração social, apoiando o esforço geral de educação básica, primordialmente orientado para as populações pobres (Brasil, 1980, p. 24 apud Teixeira, 2015, p. 71).

Antes da elaboração do III PND e III PSECD, diversas classes sociais estavam envolvidas em lutas, com o bloco do poder de um lado e diversos setores da sociedade do outro. Em março de 1979, o então presidente João Figueiredo enfrentou seu primeiro desafio com a greve dos operários do ABC paulista, que contou com a participação de cerca de 180.000 metalúrgicos e evidenciou as limitações da ditadura no campo social. Inicialmente, o governo agiu intervindo nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul para demonstrar sua força e evitar a multiplicação desses eventos. No entanto, essa medida não obteve sucesso e esses movimentos ganharam mais adeptos em todo o país, não apenas no meio metalúrgico, mas também em outros setores. Devido às perdas sucessivas causadas pela inflação, as demandas eram por melhores salários (Teixeira, 2015).

Antes da elaboração do III Plano Nacional de Desenvolvimento e do III Plano Setorial de Educação, havia conflitos entre as classes sociais, com o bloco de poder de um lado e vários setores da sociedade do outro. Em março de 1979, o presidente da época, João Figueiredo, enfrentou seu primeiro desafio com a greve dos operários do ABC paulista, que contou com a participação de cerca de 180.000 metalúrgicos e revelou as limitações da ditadura no campo social. Inicialmente, o governo interveio nos sindicatos de São Bernardo do Campo, Santo André e São Caetano do Sul para mostrar sua força e evitar que esses eventos se espalhassem.

No entanto, a medida não teve sucesso e esses movimentos ganharam mais adeptos em todo o país, não apenas no setor metalúrgico, mas também em outras áreas. Devido às perdas causadas pela inflação, as demandas eram por melhores salários (Teixeira, 2015).

Diversas instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), também exigiam o retorno da democracia. Apesar da existência da lei de anistia, membros das forças armadas que se opunham a essas manifestações continuavam a reagir. Um exemplo disso foi o atentado ao Riocentro, que ocorreu na noite de 30 de abril de 1981, durante uma celebração do Dia do Trabalhador. Dentro de um carro havia uma bomba que explodiu no local, matando o sargento Guilherme Pereira do Rosário e ferindo gravemente o capitão Wilson Machado Dias. "Inicialmente, o governo tentou culpar grupos de esquerda pelos ataques, mas investigações posteriores apontaram o envolvimento de militares." As bombas que deveriam causar tumulto no Dia do Trabalhador tiveram o efeito oposto, marcando o início do processo de redemocratização do país (Teixeira, 2015, p.73).

De acordo com Napolitano (2014, *apud* Teixeira, 2015, p.73), o atentado ao Riocentro não foi um evento isolado. Grupos de extrema direita, especialmente os anticomunistas, já estavam planejando e executando ataques com explosões de bombas contra indivíduos ou organizações que se opunham ao regime militar desde 1978. Foi até descoberto um dispositivo explosivo no quarto de Leonel Brizola em um hotel no Rio de Janeiro, onde ele estava hospedado após retornar do exílio.

Durante esse período, as oposições ao regime militar se organizavam em grupos específicos, como movimentos estudantis e operários, que não eram bem vistos por alguns setores do governo, o que contribuiu para o fim do programa Esporte para Todos (EPT) (Teixeira, 2015). Segundo Costa (1981b *apud* Teixeira, 2015, p. 75), o programa foi lançado em 1977 e desativado em 1978. No entanto, sua existência continuou como um movimento, e posteriormente foi institucionalizado pela portaria nº 522 de 1981, que criou a Subsecretaria do Esporte para Todos (SUEPT), como parte da estrutura administrativa da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED). "Mas por que criar a SUEPT se o EPT já havia sido oficialmente encerrado?" (Teixeira, 2015, p. 75). Segundo Valente (1993, *apud* Teixeira, 2015, p. 75), essa portaria tratava apenas de um aspecto formal, pois o EPT já possuía um estatuto comunitário e não precisava da aprovação do Estado para continuar existindo.

A partir de 1983, começou a surgir uma movimentação em favor da realização de eleições diretas para presidente da República, o que culminou posteriormente no movimento das Diretas Já. Esse movimento se originou devido ao descontentamento

da sociedade em relação ao déficit na balança comercial, à queda do produto interno bruto e ao aumento do desemprego (Teixeira, 2015).

Além disto, encontra-se também na história das atividades esportivas, sua incorporação para a melhoria da força de trabalho para o milagre econômico brasileiro, ao mesmo tempo em que se estreitaram os vínculos entre esporte e nacionalismo com a Copa do Mundo de 1970, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 21)⁶.

Com o regime militar, a educação física passa por uma reformulação, com uma forte influência do método esportivo generalizado, que restringia as aulas ao modelo esportivo, sem a preocupação com a parte lúdica, com isso as aulas de educação física eram voltadas para atender os interesses do governo militar. Nesse sentido, há uma aproximação das práticas da Educação Física escolar com a perspectiva militar já que “uma vez que o incremento da educação física brasileira se deu a partir da Reforma Universitária de 1968, da publicação da lei n. 5.692/71 e do decreto n. 69.450/71. É um fato aceito pela historiografia o significativo desenvolvimento da educação física nesse período (Oliveira, 2002 p. 15)

Segundo Castellani Filho (1994 *apud* Metzner; Rodrigues, 2014) o esporte no Brasil além de exaltar o nacionalismo, também exercia um papel de distração das perturbações sociais, tanto para o próprio povo brasileiro quanto para o restante do mundo, pois, para o governo, naquele momento era de vital importância encenar uma estabilidade, que estava longe de existir no país. Enquanto vários diretórios acadêmicos eram fechados o governo incentivava a criação de associações atléticas, e o desporto universitário teve um crescimento exponencial.

A política governamental de educação física teve como principal ponte objetivo “esportivizar” a Educação Física escolar, adotando um modelo piramidal que via na escola a base da formação de atletas de alto nível (Góis Junior; Simões, 2011). Esse modelo proposto mapeava a formação de novos profissionais na época. Uma formação tecnicista com forte influência do modelo americano, onde o aluno era apenas “o corpo” e não ser pensante que por muitas vezes não tinha interesse em uma determinada aula tecnicista.

Dessa maneira, a prática avaliativa centra-se no aluno e serve como meio de classificação, ditando os capazes e não capazes, determinando os que podem seguir

⁶ Disponível em: [Fisica \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/fisica). Acesso em 15 ago 2021.

adiante socialmente (Luckesi, 1997, *apud* Costa; Santos Júnior, 2014). Este pensamento a serviço de um fisiologismo desportivo exerce ainda influencia marcante nas práticas corporais atuais (Nunes, 2009), desafio das instituições que lidam com a formação inicial e permanente na constituição de novo *habitus* profissional.

Os alunos que não apresentam habilidades para determinados esportes geralmente são excluídos dos jogos e permanecem o resto da aula fazendo outras atividades. Acreditamos que desta forma o professor, juntamente com a escola, pode estar colaborando para a naturalização da divisão sexista da própria sociedade, ou seja, contribuindo para uma formação educacional preconceituosa (Machado *et al*, 2013, p.4)⁷.

Diante a todos os meandros desse período, é necessário comentar também que foi nesse ponto da história que a Educação Física se difundiu no Brasil e foi popularizada (Metzner; Rodrigues, 2014), apesar da manutenção de desigualdades. Ao conservar o status quo, Sena (2011) afirma que existe abismo entre acesso e qualidade de serviço públicos educativos no Brasil, com chances distintas de oportunidade, incentivo e apoio. A educação, para ela, é refém de inúmeras circunstâncias que aprisiona em um ciclo vicioso seus principais atores – professores e alunos, que estão cientes das inúmeras desvantagens do cenário montado para poucos protagonistas (Paiva; Burgos, 2009, p. 27).

A década de 1980 aponta os primeiros elementos de uma crítica à função sócio-política conservadora da Educação Física escolar. Esse movimento de crítica visava buscar um real sentido pedagógico, buscando processos que levassem a Educação Física a atuar na formação integral do ser humano, modificando sua característica restrita de educação do físico. (Soares et. al, 1992, *apud* Metzner; Rodrigues, 2014).

Seguindo os escritos de Góis, Júnior e Simões (2011), nesse período houve alguns avanços significativos, como a reformulação do currículo nas graduações, que incluíram disciplinas voltadas para o aspecto humano e sociais como a filosofia e sociologia, como também a criação do bacharelado. Sem falar na crescente busca da sociedade pelas academias de ginástica com interesses estéticos e promoção de saúde.

A Educação Física que teve sua trajetória orientada a atender interesses que não lhe eram próprias, somente com o fim da Ditadura Militar e a redemocratização do país é que desenvolve a busca por identidade (Costa; Santos Júnior, 2014),

⁷ Disponível em: [Educação Física escolar e a separação por gênero: reflexões a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência \(efdeportes.com\)](http://www.efdeportes.com). Acesso em 06 jul 2021.

recorrendo à prática docente para uma relação dialógica com a realidade. Em 1º de setembro de 1998 a profissão é finalmente regulamentada, fortalecendo-a no contexto da sociedade, em seus mais variados espaços de inserção. Com o decreto de lei 9696, passando também a ser instituído pelo conselho de educação física com o “Dia do profissional da educação física”, com a escola sendo um dos principais espaços de atuação.

Para Cunha (2004), a tarefa pedagógica para a construção de uma nova sociedade precisa compreender a importância social do trabalho educativo, dando uma dimensão transformadora. De acordo com Souza (2004), a prática pedagógica pode ser concebida como “parte de um processo social e de uma prática social maior. Ela envolve a dimensão educativa não apenas na esfera escolar, mas na dinâmica das relações sociais que produzem aprendizagens, que produzem o educativo” (Souza, 2004, p. 03).

Para que o docente assuma um papel importante no processo educativo, passando a realizar um exercício constante de reflexão, Nascimento (2009) afirma que a formação de professores tem papel estratégico no atendimento aos novos desafios sociais da atualidade: “é necessário que os professores – atores fundamentais para o desenvolvimento do processo – se sintam capazes de responder às tarefas que emanam dessa integração (Nascimento, 2009, p. 13)”.

Os espaços educacionais e seus ensinamentos são responsáveis pela transmissão de capital cultural (Bourdieu, 2002). Segundo Jean Hébrard (1999), a história cultural sobre os processos de escolarização, denota o desempenho de um papel importante na definição desses equipamentos educacionais, sobretudo quando “enuncia as normas legítimas do seu uso” (p. 37), favorecendo ou freando a sua divulgação em grupos sociais diferentes. Nesse sentido, podem ser considerados importantes lugares “onde se constroem e transmitem os equipamentos intelectuais de uma sociedade” (p. 37).

O curso de licenciatura em Educação Física da UFPE foi criado no ano de 1972 pela resolução nº12 do Conselho Coordenador de Ensino pesquisa e Extensão (CCEPE). Em pleno governo Médici, considerado o mais rigoroso que perseguiu e prendeu opositores, e que até hoje existe centenas de presos políticos desaparecidos.

Cavalcanti (2008) citou que, para ingressar no curso os candidatos além de fazer a prova do vestibular era submetido a testes físicos, clínicos e laboratoriais, onde

os candidatos reprovados eram eliminados sumariamente. Mostrando claramente o perfil higienista na formação do curso alinhando a política do governo militar vigente.

O perfil curricular manteve a sua espinha “dorsal” ao longo do tempo da UFPE, Teve sua reformulação apenas no processo de separação do curso No início do século XXI, em tempos mais recentes, iniciou-se um processo de separação na formação profissional da educação física, em Licenciatura (formação de professores da escola) e bacharelado (profissionais da área do lazer, esporte e saúde). Através das diretrizes curriculares na resolução n.1 do CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002 (Diretrizes Curriculares para formação de professores) e também na resolução n.7 do CNE/CES, de 31 de março de 2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de educação física) foi anunciada a divisão do curso que começa a tomar forma (Góis Junior; Simões, 2011).

Com estas normativas, os cursos de graduação em educação física iniciam reformas curriculares para atender a tais mudanças, com a extinção da Licenciatura Plena.

3 FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa utilizou como procedimento metodológico uma análise qualitativa que objetivou reunir informações acerca do entendimento de uma possível identidade da Educação Física no período da Ditadura militar do país. Com o objetivo de relatar como a educação física se colocou nesse processo e a forma que a mesma se comportou a todas essas mudanças, recorrendo-se a memórias escritas.

Segundo Hall (2006), a identidade torna-se uma “celebração móvel” formada, transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam que são definidas historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.

Ainda segundo Hall (2006), a globalização tem um efeito contestador e deslocador das identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Sendo assim um efeito pluralizante altera as identidades fixas, deixando mais políticas e diversas. E esse movimento pode acarretar em dois efeitos, tradição e tradução.

A pesquisa histórica exige uma abordagem meticulosa e crítica das fontes, com o intuito de construir narrativas que não apenas reflitam o passado, mas que também revelem as nuances e complexidades dos contextos sociais, políticos e culturais. O trabalho historiográfico, para ser efetivo, não pode ser uma simples transcrição de fatos, mas uma análise cuidadosa das fontes, atenta tanto ao que está explícito quanto ao que permanece implícito.

A obra de *Reis* (2010), "O Desafio Historiográfico", destaca a importância de compreender o "fato histórico como construção". A análise histórica não deve se restringir ao que está escrito, mas deve procurar nas entrelinhas, nas lacunas e nas ausências de informações. O pesquisador precisa ser capaz de perceber o que não foi dito diretamente e entender como a falta de certas informações ou a forma como foram apresentadas podem alterar o significado dos eventos. Essa leitura crítica deve se estender a todos os tipos de documentos, sejam livros, atas ou reportagens de jornais, como discutido por *Pinsky* (2009), que enfatiza a necessidade de observar não apenas o documento em si, mas também outros resquícios da atuação dos sujeitos históricos. O uso de jornais, por exemplo, permite ao historiador um olhar mais abrangente sobre a época, contextualizando as decisões ou ações apresentadas nas atas e outros registros oficiais.

O conceito de análise "a contrapelo" proposto por *Benjamin* (1996) também é fundamental. Benjamin sugere que o pesquisador deve se aproximar das fontes como se estivesse "escovando contra o pelo", isto é, indo além da leitura superficial para desvendar as contradições, silêncios e questões subjacentes aos textos. Esse método exige que o pesquisador não se contente com o óbvio, mas que busque compreender as intenções e os contextos que moldam as narrativas históricas.

Le Jan (2016) reforça que a operação historiográfica envolve processos contínuos de construção, desconstrução e reconstrução das narrativas. O historiador não pode simplesmente aceitar as fontes como verdades absolutas, mas deve estar atento aos processos históricos que reconfiguram essas fontes ao longo do tempo. Esse dinamismo é essencial para entender a multiplicidade de interpretações e para que as análises documentais não se tornem rígidas ou unidimensionais.

O uso do método de Teoria fundamentada "*Grounded Theory*", como sugerido por *Petrini e Pozzebon* (2009), também é relevante no contexto desta pesquisa. A *Grounded Theory* possibilita a construção de teorias a partir dos dados, por meio de uma análise qualitativa que se orienta pelas evidências presentes nas fontes. A partir

dessa abordagem, o pesquisador consegue identificar padrões e relações entre os dados, permitindo a formulação de novas hipóteses que agreguem valor ao entendimento do fenômeno histórico em questão. No caso específico de nossa pesquisa sobre a Ditadura Militar no Brasil, a aplicação da *Grounded Theory* possibilitará uma análise mais refinada e aprofundada das fontes, seja nas atas das reuniões do colegiado ou nas matérias jornalísticas da época.

Em consonância com as propostas de *Certeau* (2008), que defende a ideia de que o historiador deve atentar para o "lugar social da escrita", é importante que o pesquisador leve em conta o contexto no qual os documentos foram produzidos. As fontes, como as atas de reuniões do departamento e do colegiado, não são neutras, elas são resultados de escolhas, seletividades e interpretações que merecem ser analisadas à luz dos interesses sociais e políticos de seus autores. A tradução e interpretação desses documentos devem ser feitas com cuidado, observando as nuances linguísticas e sociais envolvidas, pois é aí que reside parte do processo histórico de construção das narrativas.

Por fim, *Hartog* (2011) e *Farge* (2011) reforçam que o pesquisador deve estar atento às evidências que se apresentam nas fontes, compreendendo-as dentro dos contextos históricos mais amplos. A evidência não é apenas o que é explicitamente dito, mas também o que está implícito, o que é omitido e o que pode ser lido nas entrelinhas. Em trabalhos que envolvem momentos de trauma, como é o caso da análise da Ditadura Militar, é essencial que a pesquisa seja sensível às dimensões subjetivas e humanas da história. As fontes não devem ser lidas apenas como registros objetivos, mas como testemunhos de experiências humanas intensas, que exigem uma leitura empática e contextualizada.

Portanto, os procedimentos de pesquisa aqui realizados envolvem uma combinação de análises críticas das fontes documentais, com o uso de teorias historiográficas e metodologias adequadas para revelar as múltiplas camadas de significado presentes nos documentos. A tarefa do historiador é, assim, construir e reconstruir a história a partir de um olhar atento e reflexivo sobre as evidências, considerando tanto o que está explícito quanto as sutilezas do que não é dito.

Por seus intentos, o desenho de pesquisa qualitativa costuma ser direcionado em casos como este em tela, ao longo de seu desenvolvimento, seja na escolha das técnicas ou para tratamento dos achados; na medida em que não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos

dados (Neves, 1996).

Como proposta de metodologia, foi realizado no primeiro momento, levantamento de dados bibliográficos sobre assuntos que circundam o tema de estudo. Para tanto, utilizamos diversas fontes como livros, revistas científicas, entrevistas, jornais e artigos, além do foco nas diretrizes curriculares voltadas à formação de professores de educação física e outras fontes documentais relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura na UFPE.

A abordagem qualitativa é crucial para desvendar a complexidade das memórias e identidades profissionais construídas no curso de Educação Física da UFPE durante a ditadura militar. Através de uma profunda análise das narrativas dos ex-alunos e docentes, a pesquisa busca compreender as experiências, as percepções, os valores e as estratégias de enfrentamento vivenciadas nesse contexto. A revisão bibliográfica se concentra em obras que tratam da história da Educação Física no Brasil, da ditadura militar, da construção de memórias e identidades profissionais, além de estudos específicos sobre a UFPE nesse período. Essa análise bibliográfica permitiu contextualizar a pesquisa e fornecer um arcabouço teórico para a interpretação dos dados coletados.

A pesquisa utilizou-se, de forma central, da análise dos livros de ata do colegiado do curso de Educação Física da UFPE. Esses documentos, que registram as reuniões do colegiado desde a criação do curso em 1972, forneceram um rico material para a pesquisa. Através da análise das atas, a pesquisa pôde: Compreender a construção do curso: A análise das atas permitiu acompanhar a criação do curso, o desenvolvimento do currículo, a definição das disciplinas, a carga horária, os métodos de ensino e os objetivos do curso; Analisar a gestão do departamento: As atas permitiram acompanhar as decisões e as dinâmicas do colegiado, bem como o desenvolvimento da gestão do departamento ao longo dos anos. Investigar as perspectivas sobre o papel do professor de Educação Física: As atas revelaram debates e discussões sobre a formação do profissional de Educação Física, os conhecimentos e as habilidades consideradas essenciais, a relação entre teoria e prática, as diferentes concepções sobre o papel do professor na sociedade e na universidade. Identificar as marcas da ditadura no curso: As atas permitem analisar como as normas e diretrizes curriculares, as práticas pedagógicas, as relações entre professores e estudantes, e as decisões do colegiado foram influenciadas pelo contexto político da ditadura. A pesquisa também pôde analisar a forma como o curso

se posicionou diante da ditadura, seja através de conformidade ou resistência, e como as memórias dos profissionais da área foram moldadas por esse período.

Contudo, a análise das atas foi fundamental para desvendar como o curso de Educação Física da UFPE foi construído, moldado e influenciado pelo contexto político da ditadura militar. As atas se tornaram, assim, um importante registro histórico que permitiu compreender as nuances da formação de profissionais da área nesse período conturbado da história brasileira. É importante destacar que a análise das atas foi realizada com cautela, considerando o contexto histórico e as possíveis influências da censura e do controle do regime sobre as informações registradas. A interpretação dos dados foi feita de forma crítica e contextualizada, buscando diferentes perspectivas e confrontando as informações com outros documentos e fontes de pesquisa.

É importante ressaltar também que as fontes escritas representam uma visão empírica de produção de provas que também tem motivação para existir. Não se trata de um material inocente, apesar de seus limites, inculcada da representação da hegemonia (Montenegro, 2010), inclusive porque a “história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (Bosi, 2003, p. 15).

4 ANÁLISES DOS LIVROS ATA DO COLEGIADO DE EDUCAÇÃO FÍSICA - METODOLOGIA DE ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental foi realizada com base nas atas do Colegiado do Curso de Educação Física. A metodologia de análise documental utilizada neste capítulo baseia-se na avaliação minuciosa das atas do Colegiado do Curso de Educação Física. Essas atas, enquanto registros formais das discussões, decisões e processos administrativos do colegiado, representam fontes primárias de informação que permitem um exame detalhado do desenvolvimento histórico do curso. O método documental aplicado envolve a leitura cuidadosa e a interpretação crítica dos textos, identificando padrões, temas recorrentes e evidências que caracterizem a evolução curricular e a dinâmica administrativa do curso. A escolha pela análise documental justifica-se pela relevância das atas como registros fiéis das discussões e como documentos que preservam a memória institucional do curso de Educação Física.

Cada ata foi lida e organizada de maneira cronológica, permitindo observar a progressão das ideias e o desenvolvimento das reformas propostas ao longo do tempo. A cronologia desempenha um papel fundamental para a análise documental, uma vez que revela como as discussões e decisões do colegiado foram sendo adaptadas e reavaliadas em resposta a mudanças no contexto institucional e social. As atas foram, portanto, categorizadas de acordo com os temas mais discutidos, tais como currículo, gestão administrativa, representação estudantil e reformas pedagógicas, facilitando uma organização e uma análise mais detalhada das evidências.

Outro aspecto importante da metodologia foi a consideração dos agentes e grupos envolvidos, reconhecendo o papel e a influência de diferentes atores no processo decisório. Ao analisar as atas, levou-se em conta o papel dos professores, dos representantes estudantis e da administração universitária, avaliando como cada grupo contribuiu para as discussões e para as mudanças implementadas no curso. Essa análise permitiu entender a dinâmica de poder e as relações de influência dentro do colegiado, ressaltando a importância das negociações e dos conflitos para a construção coletiva do curso.

A análise documental também incluiu o exame dos discursos presentes nas atas, o que permitiu identificar as ideologias e valores que orientaram as decisões do colegiado. Em determinados períodos, as discussões refletiam valores autoritários e disciplinares, característicos do regime militar, enquanto em outros momentos observou-se uma tendência mais inclusiva e democrática, associada ao período de redemocratização. Esse exame dos discursos revelou as transformações nas perspectivas dos agentes envolvidos e como essas mudanças ideológicas influenciaram o direcionamento do curso.

Adicionalmente, a análise documental incluiu uma reflexão sobre a limitação das atas como fontes históricas. Considerou-se que as atas são documentos oficiais, produzidos por determinados agentes institucionais, e, portanto, refletem as visões e interesses desses grupos. Reconheceu-se que algumas informações podem ter sido omitidas ou ajustadas para atender aos interesses da administração. Essa reflexão crítica sobre a natureza das fontes permitiu uma análise mais equilibrada e consciente das limitações dos documentos.

A interpretação das atas também foi orientada pelo contexto histórico e político do período analisado, considerando as influências do regime militar e, posteriormente, do processo de redemocratização. Ao situar as atas dentro desse contexto mais

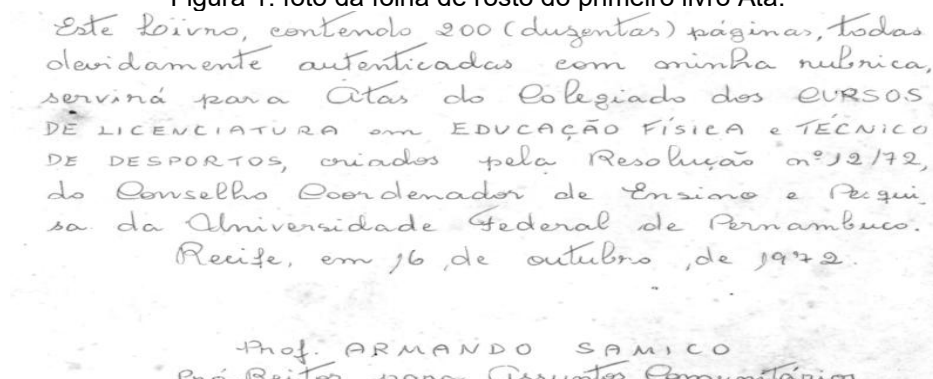
amplo, a análise documental foi capaz de identificar as influências externas que moldaram as decisões do colegiado e as mudanças no currículo do curso. Esse contexto histórico serviu como um pano de fundo essencial para a compreensão das transformações observadas no desenvolvimento do curso de Educação Física.

Para complementar a análise documental, a metodologia incluiu uma etapa de interpretação reflexiva dos dados, na qual foram avaliadas as implicações das decisões e reformas discutidas nas atas para a prática e identidade dos profissionais de Educação Física formados pela instituição. Essa reflexão buscou entender como as orientações do colegiado influenciaram a formação dos futuros profissionais e contribuíram para a construção de uma identidade profissional alinhada ao contexto social e político da época.

Por fim, a metodologia de análise documental adotada neste estudo serviu como uma ferramenta essencial para reconstruir a trajetória do curso de Educação Física na UFPE, revelando como as atas colegiadas preservam a memória institucional e documentam as transformações e desafios enfrentados pelo curso ao longo das décadas.

O primeiro livro ata aberto no curso de Educação Física tem como data 16 de outubro de 1972, assinado pelo Pró reitor de assuntos comunitários, Armando Samico. O segundo livro ata é uma sequencia cronológica do primeiro e é datado no dia 24 de novembro de 1978, sobre a chefia do chefe pró-tempore professor Rômulo Lacerda. O terceiro livro foi iniciado no dia 10 de novembro de 1980, sobre a chefia do departamento da professora Dalza Pinheiro. O quarto e último livro ata analisado tem sua abertura no dia 7 de abril de 1983, sem assinatura do chefe do departamento ou representante legal.

Figura 1: foto da folha de rosto do primeiro livro Ata.



Fonte: registro do autor.

Figura 2: foto da folha de rosto do segundo livro ata.

Este livro tipograficamente numerado em suas cem (100) folhas, destina-se ao registro das atas do Colegiado Pleno do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, aos 24 de Novembro de 1978

Romulo Dacosta Junior
chefe pro-tempore

Fonte: registro do autor.

Figura 3: foto da folha de rosto do terceiro livro ata.

Este livro, tipograficamente numerado em suas cem (100) folhas, destina-se ao registro das atas do Colegiado Pleno do Departamento de Educação Física do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 10 de novembro de 1980

Dr. Burger

Profa. Dilma M. F. de Souza
Chefe do Departamento de

Fonte: registro do autor.

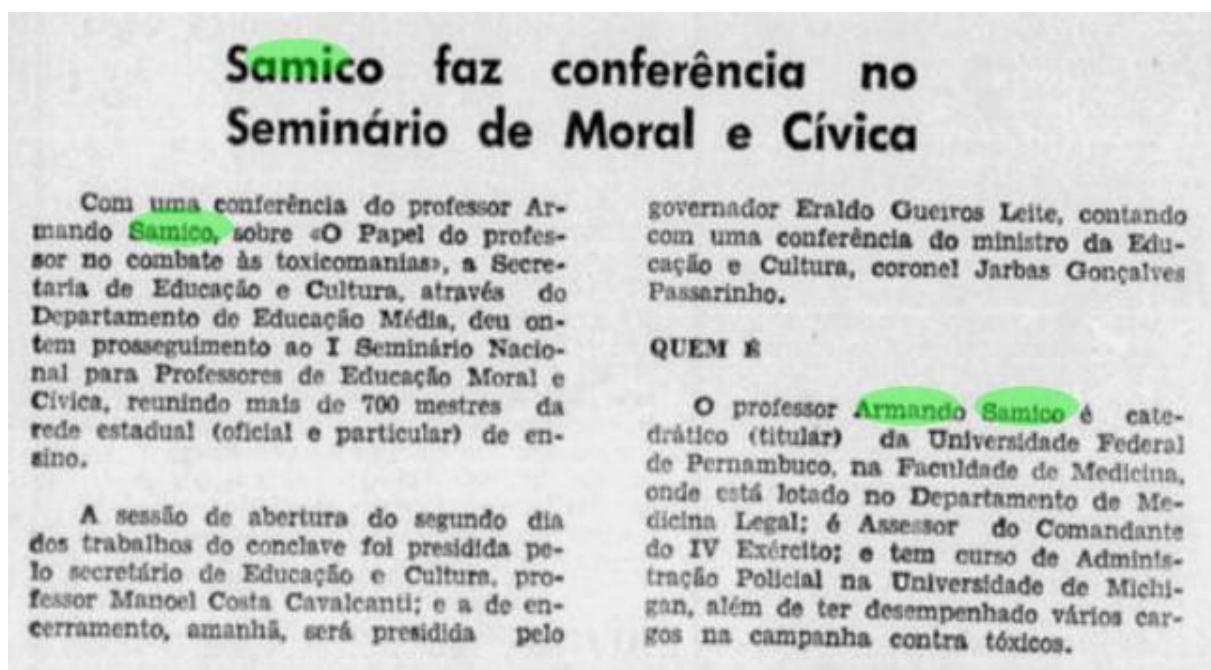
Figura 4: foto da folha de Rosto do quarto livro ata.

Este livro, tipograficamente numerado, em suas duzentas (200) folhas, destina-se ao registro das atas do Colegiado Pleno e Comissão Dietética, do Departamento de Educação Física, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, aos sete dias do mês de abril de 1983.

Fonte: registro do autor.

Figura 5: Professor Armando Samico exerceu o cargo de secretaria de segurança pública durante a ditadura militar.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, secretário de segurança pública faz conferência no seminário de moral e cívica. Terça-feira, 22 de março de 1972. Diário de Pernambuco.

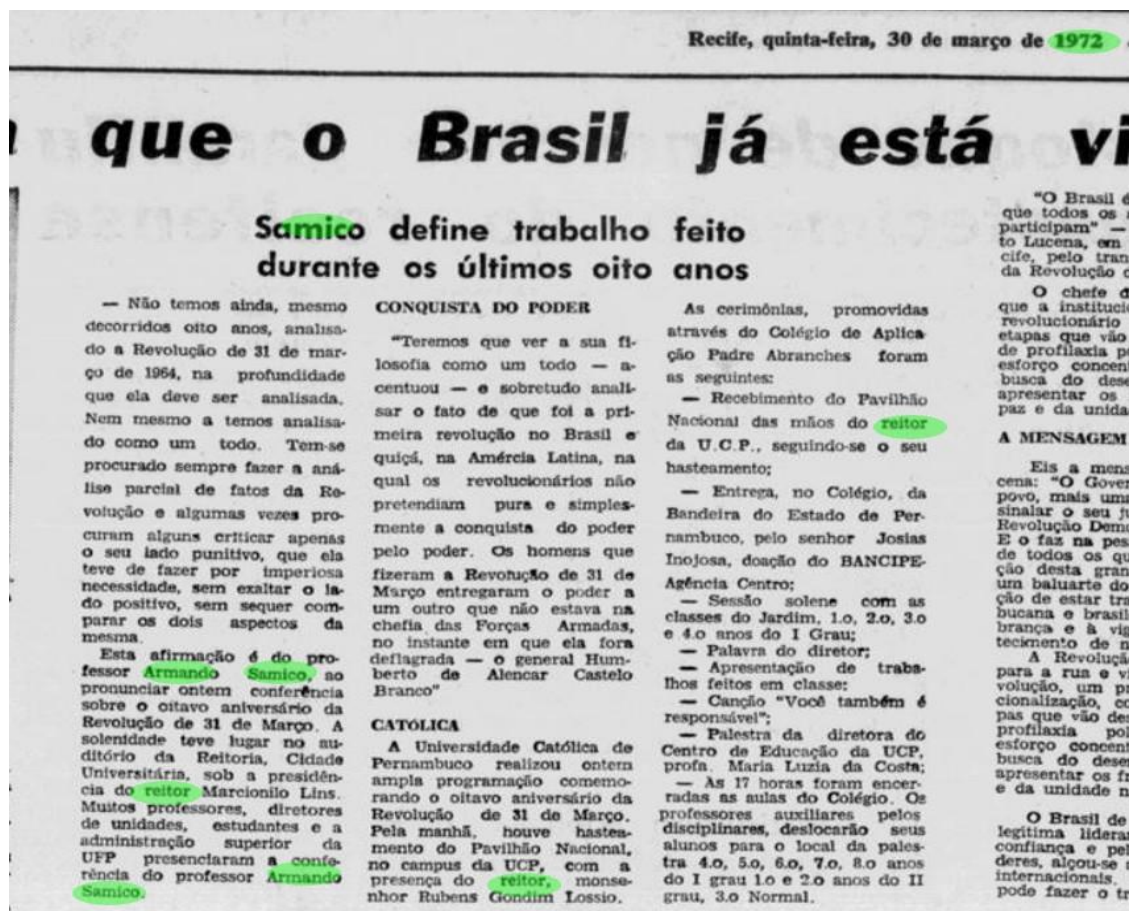
Figura 6: Nomeação do professor Armando Samico como pró-reitor de assuntos comunitários.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Armando Samico Designado para o cargo de pró-reitor da federal. Recife, terça-feira, 28 de março de 1972.

Nas reportagens apresentadas, observa-se que o Professor Armando Samico mantém vínculos com o Exército e exerceu o cargo de Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. Seu nome também é citado na Comissão da Verdade, especialmente no que se refere à morte de Anatália de Souza Melo.

Figura 7: professor Armando Samico defende seu legado frente à secretaria de segurança pública.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Armando Samico define trabalho feito durante os últimos oito anos. Recife, 30 de março de 1972.

Nesta notícia percebe-se mais claramente a posição a favor do regime adotada por Armando, ao dizer que: “(...) e algumas vezes procuram alguns criticar apenas o seu lado punitivo, que ela teve de fazer por imperiosa necessidade, sem exaltar o lado positivo, sem sequer comparar os dois aspectos da mesma.”. Percebendo claramente que o mesmo era uma figura que gozava de prestígio no governo militar em pernambuco.

Figura 8: anúncio da aprovação do regimento do curso de educação física da UFPE.



Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, 25 de abril de 1972, notícia que apresenta a aprovação do regimento para o centro desportivo da universidade Federal de Pernambuco.

Figura 9: anúncio de criação do novo curso de educação física pela UFPE no estado.



Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, UFPE criará novo curso superior. Recife, 05 de dezembro de 1972.

Figura 10: anúncio do início das aulas de Educação Física da UFPE.

Federal inicia prática de educação física em março

A Universidade Federal de Pernambuco iniciará a prática da educação física em termos de disciplina curricular para os alunos, a partir de março de 1973. Para tanto, estão em fase de acabamento as obras da primeira parte do Centro Esportivo, na Cidade Universitária, além da constituição de uma equipe de especialistas que ficará responsável pelo funcionamento do setor.

Já tendo concluído dois campos de futebol, a prefeitura da Cidade Universitária reiniciou a construção da pista de atletismo que, segundo o titular daquela prefeitura, será uma das mais modernas do Norte e Nordeste. Terá 400 metros de extensão, além de mais duas pistas de 100 metros, cada uma. O serviço de drenagem da mesma é dos mais modernos, de tal modo projetado que qualquer precipitação pluviométrica será escoada em apenas dez minutos.

PREDIOS

De acordo com a orientação da Pró-Reitoria Comunitária, à frente o professor Armand Samico, serão recuperadas as três antigas quadras bem como iniciada a construção de mais dois edifícios, um destinado à administração do Centro Esportivo e no outro serão instaladas as salas de aulas para os alunos do curso de Educação Física e Técnico Desportivo.

RESOLUÇÃO

O Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa acaba de aprovar resolução estabelecendo condições de funcionamento dos cursos de licenciatura em Educação Física e de Técnico de Desportos, cujo teor é o seguinte:

ART. 1.º — A Universidade manterá, a partir de 1973, os cursos de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos, em nível de graduação.

Parágrafo único: — Dentro de 5 anos, serão promovidos estudos para verificação das necessidades do mercado de trabalho, em consequência dos quais será examinada a permanência ou suspensão dos Cursos referidos.

ART. 2.º — Os currículos dos cursos de Licenciatura em Educação Física e de Técnico de Desportos serão os aprovados pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa.

ART. 3.º — Para efeito de realização do Concurso Vestibular os Cursos de que trata a presente Resolução serão incluídos na Área III.

§ 1.º — Além das provas previstas para a Área III, os candidatos aos cursos de Educação Física e Técnico de Desportos submeter-se-ão à verificação de aptidão física, mediante os seguintes exercícios:

I — Para ambos os sexos: salto em altura, salto em distância, corrida de 100m, nado livre de 25m, teste de Cooper, coordenação.

II — Para o sexo masculino: corrida de 800m., corrida, oitava.

III — Para o sexo feminino: ritmo, flexão;

§ 2.º — Não poderão ser classificados para os cursos de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos os candidatos de cuja verificação de aptidão física resultar contra-indicação para os mesmos.

ART. 4.º — Para matrícula nos Cursos de que trata esta Resolução será exigida comprovação de condições de saúde satisfatórias, mediante exame clínico e exames de laboratório, determinados pelo Colegiado de curso.

§ único — Na documentação referente aos exames exigidos inclui-se documentação necessária à matrícula, para o efeito previsto no Art. 104 do R.G.U.

ART. 5.º — Os cursos de licenciatura em Educação Física e de Técnico de Desportos, ficarão administrativamente subordinados à Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários, até que seja decidida sua atribuição a alguma Unidade Universitária.

ART. 6.º — O Grupo de Trabalho que elaborou o Relatório sobre a criação dos Cursos exercerá as funções de Colegiado dos mesmos Cursos, até que haja condições para constituição do Colegiado, nos termos do Art. 36 do R.G.U.

§ 1.º — O Pró-Reitor para Assuntos Comunitários poderá proceder às substituições que se fizerem necessárias no Grupo de Trabalho referido neste Artigo.

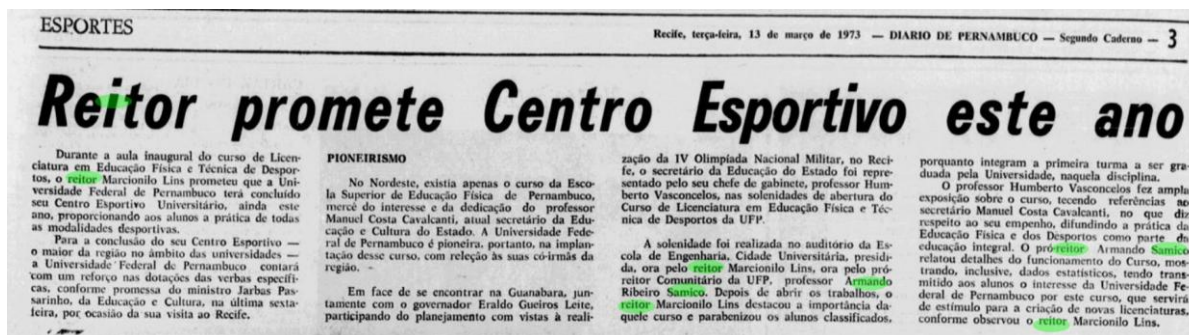
§ 2.º — Para efeito de contratação e distribuição de docentes, das disciplinas que, por sua natureza, não se encontrem vinculadas a nenhum dos atuais Departamentos da Universidade, o Grupo de Trabalho exercerá as funções de Departamento.

§ 3.º — Os docentes contratados na forma do § anterior ficarão provisoriamente lotados no Centro de Desportos da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários.

Fonte: DIARIO DE PERNAMBUCO, Recife, federal inicia prática de educação física em Março, 05 de dezembro de 1972.

A notícia registra a criação do curso pela UFPE, informa as obras em andamento para comportar a necessidade de infraestrutura do curso e o jornal adiciona a percepção de que terá uma das pistas de atletismo mais modernas entre o Norte e Nordeste. Finaliza a matéria compartilhando alguns artigos da resolução 12.

Figura 11: caderno de esporte, anúncio do centro esportivo para o ano de 1973.



Fonte: DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Reitor promete centro esportivo este ano. Recife, 13 de Março de 1973.

O livro Ata 1 concentra-se na construção do curso e criação de currículo para o curso de Educação Física e Técnico de Desportos da UFPE em 1972. Parte da pesquisa pode se concentrar nas escolhas e mudanças nas disciplinas, na carga horária, nos métodos de ensino e nos objetivos do curso. A priori haviam testes de aptidão, distinção curricular por gênero e não se registravam muitos eventos ou cursos de extensão, os documentos vão acompanhando parte das reformas que levam o curso de Educação Física ao formato atual.

Desta maneira podemos analisar as decisões realizadas dentro do colegiado do curso e como a gestão do departamento se desenvolve ao longo dos anos. No livro de Ata 2 encontramos avanços na quantidade de eventos, cursos e palestras oferecidos e incentivados pelo departamento, assim como também mobilizados pelo diretório acadêmico. Cursos de extensão também se expandem e aqui observamos um primeiro passo para a unificação de currículo entre os gêneros que vigora na atualidade, visto que sugere-se um curso de "Futebol de salão feminino" visto que não era ofertada para mulheres, apesar da procura e falta de quantitativo masculino para suprir a orientação do esporte.

Este ponto é posto em grande parte das primeiras reuniões devido ao processo de construção do curso, por isso oferecem percepções interessantes do que se considerava importante constar no currículo e como as mudanças ao longo dos anos foram se moldando a partir de experiências e novas perspectivas acerca da educação física no Brasil.

No livro ata 3 Questões burocráticas e sobre a reforma do currículo é colocada em pauta por professores, é o menor livro em quantidades de páginas, por motivos que não podemos mensurar ele não foi finalizado até o final e contém muitas páginas em branco.

No livro ata 4 ocorre uma reforma de currículo estruturada e analisada onde tem-se como objetivo se adaptar a um novo contexto e refletir o professor de educação física nesta nova dinâmica. Retorna muito um espaço dicotômico entre a importância da relação homem e corpo ou homem e sociedade, o professor de educação física deve ser um atleta? As distinções entre o curso de bacharelado e licenciatura são construídas e traçadas visando distinguir diferentes objetivos e intuítos do profissional da educação física.

No livro Ata 2 encontramos mais informações sobre gestão, organização e votações administrativas, que demonstram além das condições estruturais, também as rugas e diferentes perspectivas entre os membros do colegiado. Um dos pontos que retorna em diferentes situações é o perfil e didática do professor de educação física, o que se espera deste profissional?

No livro ata 1 encontramos a discussão em que na opinião de alguns professores o profissional deve possuir arcabouço teórico e ser capaz de pôr em prática o seu planejamento, na opinião de outros ele deve ser capaz de ensinar, transmitir e demonstrar as práticas. Aqui se discute a questão o professor de educação física deve ter uma capacidade atlética além de didática, qual seria o equilíbrio ideal entre prática e teoria, neste princípio do estabelecimento do curso a prática e capacidade física era um ponto essencial tanto para os estudantes quanto professores, perceptível através do teste de aptidão e das discussões presentes no documento contudo, o documento também acompanha parte desta discussão em especial no ponto de vista dos professores, mas sabemos que hoje não é exigido o teste de aptidão física para os estudantes, então este desenvolvimento de reflexão se estendeu ao longo dos anos para o entendimento de que o curso não precisa exigir qualidade física prévia, mas seria função do próprio curso desenvolver e guiar estas qualidades.

Há ainda questões sobre as metodologias didáticas, críticas sobre a capacitação dos profissionais que estariam atuando nos colégios particulares e a busca de oferecer condições para formar profissionais capacitados. O mercado de trabalho é citado com preocupação pelos representantes estudantis, com o passar

dos anos e o surgimento de uma versão mais curta do curso o receio de perder espaço no mercado é sentido, assim como a discussão de como estas vagas estão sendo preenchidas, são narrados casos tanto de professores da universidade quanto de colégio particular onde não percebemos deficiências em conteúdo e comprometimento dos profissionais.

Percebe-se uma preocupação ativa do colegiado neste sentido, promovendo cursos de extensão, artigos científicos, buscando especializações e louvando os profissionais que os obtinham, em especial na Ata 2, este grupo do colegiado parecia bem empenhado em incentivar a produção científica e fornecer uma boa capacitação aos estudantes. Também é presente nos documentos o acompanhamento das práticas de professores após entrada na UFPE, caso haja irregularidades didáticas, faltas ou questionamentos levantados pelos estudantes, o caso é levado a discussão e em alguns casos ao desligamento do professor.

O processo de seleção dos professores auxiliares e assistentes também é amplamente presente ao longo dos documentos, assim como o questionamento ético das indicações e decisões do departamento que em dado momento é questionado por supostamente favorecer ou desfavorecer certos candidatos. Neste sentido, acredito que a possibilidade de análise a partir da figura do professor e seu papel, pode ser refletido como estas percepções se deram no período documentado nas atas.

Encontra-se no documento alguns incentivos e circulares do governo acerca do desenvolvimento de pós-graduação, de planejamento de infraestrutura como piscinas e pista de atletismo, assim como seminário e documentos para refletir sobre a pesquisa e a educação física no Brasil. O projeto de incentivo a criação do curso e seu desenvolvimento em período ditatorial é investigado em pesquisas acadêmicas como correlato aos preceitos de uma sociedade superior com mente e corpos fortes, além disso, também uma busca de formalizar o grau superior para soldados e agentes militares que não possuem a titulação científica (Castro, 1997, p.02).

Um segundo ponto seria a voz estudantil que também é um fator que apresenta um pouco mais do elemento repressivo da ditadura, visto que em reunião o representante estudantil faz questão de registrar em ata a dissolução do diretório acadêmico e como foram podados em organização, ação e discussão, fato já confirmado pela professora Carmem em sua entrevista na dissertação, onde

menção que buscava apaziguar as movimentações estudantis. Ao que em reuniões posteriores a presença dos estudantes fica cada vez mais escassa, entretanto, membros do colegiado costumam mencionar “os estudantes pensam assim” “os estudantes acham isso de tal professor”, mas não estão presentes ou possuem voto ativo nas decisões especialmente no livro ata 2.

LIVRO ATA 1

O Livro Ata 1 é um marco na criação do curso de Educação Física e Técnico em Desportos da UFPE, evidenciando não só o planejamento curricular e a estrutura inicial do curso, mas também levantando questões sobre o papel da Educação Física e das Ciências Sociais em um contexto de repressão política. Essa análise contribui para uma compreensão mais ampla da relação entre o contexto político e a educação, revelando as ambiguidades e tensões que permeiam a formação acadêmica em períodos de autoritarismo. Vale salientar que toda discursão de implementação do curso é acompanhada pelo pró-reitor de assuntos comunitários professor Armando Samico, figura citada anteriormente e instrumentador da ditadura militar em Pernambuco.

4.1 Análise Documental - Livro Ata 1: Formação Curricular e Contexto Político-Social

O **Livro Ata 1**, um dos primeiros registros formais do colegiado do curso de Educação Física e Técnico em Desportos da UFPE, documenta as decisões iniciais sobre a criação e estruturação curricular do curso em 1972, sob o contexto político da ditadura militar no Brasil. Esse documento é especialmente relevante pois registra a aprovação das resoluções 12 e 13 (Resolução nº 12, do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEPE), que formalizam a criação dos cursos de Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos, com previsão para início das atividades em 1973. O foco do colegiado neste documento é a definição da grade curricular, a seleção de professores, e o número de vagas para compor a primeira turma do curso.

Um ponto de destaque do currículo inicial é a inclusão de disciplinas voltadas para a compreensão social e a formação crítica, como **Sociologia I**. A disciplina, oferecida já no primeiro semestre, abrange tópicos fundamentais como a introdução à sociologia geral, análise dos sistemas sociais e conceitos básicos de sociologia, com uma carga horária de 60 horas. Esta inclusão é particularmente notável, considerando o contexto da ditadura militar, período em que o ensino de ciências sociais e discussões sobre estruturas de poder e desigualdade eram frequentemente censurados ou monitorados pelo regime.

"Convém salientar que a disciplina Sociologia, que foi impedida de ser ministrada nos Cursos de Licenciatura em Educação Física num primeiro momento, devido à sua não aprovação no Conselho Federal de Educação, apesar de também ter sido apresentada no Parecer nº 894/69 como indispensável na formação educacional, teve sua liberação por parte do CFE concedida no ano de 1973, ou seja, quatro anos após sua desaprovação. O regime militar, chegando à conclusão de que poderia se apropriar dos conhecimentos preconizados pela Sociologia, de forma a satisfazer seus interesses, resolveu liberar a disciplina nos conteúdos curriculares de formação de professores de Educação Física, com o intuito de ratificar suas ações e também reconhecendo a necessidade deste conhecimento para que os professores de Educação Física pudessem servir como agentes multiplicadores de sua ideologia." (Cavalcante, 2008, p 99).

A presença de uma disciplina como Sociologia I pode ser interpretada como:

Instrumentalização pelo Regime: A inclusão da disciplina pode ter tido a intenção de moldar os futuros professores de Educação Física como agentes de controle social, promovendo valores alinhados com os ideais autoritários da ditadura militar, como disciplina, obediência e integração social sobre controle rígido.

O Livro Ata 1 é um marco na criação do curso de Educação Física e Técnico em Desportos da UFPE, evidenciando não só o planejamento curricular e a estrutura inicial do curso, mas também levantando questões sobre o papel da Educação Física e das Ciências Sociais em um contexto de repressão política. Essa análise contribui para uma compreensão mais ampla da relação entre o contexto político e a educação, revelando as ambiguidades e tensões que permeiam a formação acadêmica em períodos de autoritarismo. O **Livro Ata 1** representa um marco fundamental na criação do curso de Educação Física e Técnico em Desportos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), consolidando as bases de um projeto educacional voltado para o desenvolvimento físico e técnico dos futuros profissionais. O documento não apenas

delineia o planejamento curricular e a estrutura inicial do curso, mas também expõe questões mais amplas sobre o papel da Educação Física e das Ciências Sociais em uma época marcada pela repressão política. A análise desse material permite uma compreensão profunda da relação entre educação e o contexto político, refletindo como o autoritarismo influenciou o perfil do curso e as perspectivas de formação acadêmica da época.

Em um período no qual o regime militar buscava reforçar valores de ordem e disciplina, o currículo do curso de Educação Física da UFPE foi moldado para atender às diretrizes do governo, priorizando práticas físicas intensivas e um ensino orientado à conformidade. O **Livro Ata 1** demonstra como o colegiado debateu a inserção de disciplinas voltadas para o desenvolvimento físico e técnico, como ginástica, natação e atletismo, que se alinham aos valores promovidos pela ditadura. Esses conteúdos evidenciam o esforço institucional em formar profissionais que, além de atuarem no campo esportivo, estariam preparados para promover o controle corporal e social de acordo com os interesses do regime.

Apesar dessa orientação alinhada ao regime, o **Livro Ata 1** revela também a presença de disciplinas das Ciências Sociais, como a introdução de um curso de Sociologia no currículo. Esse fato é particularmente interessante, uma vez que a presença de uma disciplina que discute o papel do indivíduo na sociedade poderia ter sido considerada subversiva em um contexto de autoritarismo. A inclusão de Sociologia no currículo levanta questões sobre a função da Educação Física não apenas como ferramenta de controle social, mas também como um espaço potencial para a reflexão crítica. Assim, o livro evidencia uma tensão entre os objetivos repressivos do Estado e a natureza potencialmente crítica de algumas disciplinas acadêmicas.

Outro ponto relevante que emerge do **Livro Ata 1** é a tentativa de estabelecer critérios rigorosos para a seleção de professores e estudantes, em consonância com a visão do governo de que a Educação Física deveria formar indivíduos fisicamente capazes e ideologicamente alinhados ao regime. A presença de testes de aptidão física para ingresso no curso reflete essa exigência, priorizando candidatos que atendiam ao perfil de disciplina e conformidade esperado. Ao mesmo tempo, o livro expõe debates internos sobre as qualificações dos docentes, demonstrando a busca

por profissionais com experiência internacional, o que acrescenta uma camada de complexidade ao projeto curricular.

A análise do **Livro Ata 1** também revela ambiguidades quanto ao papel dos professores de Educação Física, que eram vistos tanto como instrutores técnicos quanto como modelos de comportamento para os estudantes. O colegiado discutiu amplamente a importância da habilidade atlética e do rigor disciplinar para esses professores, refletindo uma concepção de Educação Física que priorizava o treinamento corporal e a disciplina. No entanto, o debate entre professores sobre a necessidade de uma formação teórica e prática integrada revela um conflito de visões sobre o papel do educador físico, sugerindo uma resistência interna à visão puramente técnica defendida pelo regime.

Esse documento é, portanto, um reflexo das tensões e conflitos presentes no ambiente acadêmico da época, onde a educação superior era amplamente monitorada pelo Estado. A análise do **Livro Ata 1** mostra como a Educação Física foi utilizada pelo governo como ferramenta de conformidade, mas também evidencia a presença de vozes dissonantes dentro do colegiado que buscavam incorporar um olhar mais crítico e abrangente à formação oferecida. Ao incluir no currículo disciplinas que discutiam a sociedade e o indivíduo, o colegiado mostrou uma tentativa de conciliar as demandas autoritárias com uma formação que pudesse, mesmo que de forma limitada, fomentar a reflexão e a cidadania.

O impacto do contexto político no conteúdo das reuniões e deliberações do colegiado é uma constante ao longo do **Livro Ata 1**, revelando como a instituição era pressionada a seguir as diretrizes impostas pelo governo militar. Os debates documentados no livro refletem a preocupação dos membros do colegiado em atender às exigências institucionais sem, contudo, abrir mão de uma educação que contemplasse a formação completa dos futuros profissionais. Essa dualidade revela o esforço dos professores em equilibrar as demandas autoritárias com uma visão de Educação Física que transcendesse o treinamento físico e contemplasse o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes.

Ao longo das atas, é evidente que a estrutura curricular e as disciplinas do curso de Educação Física da UFPE eram permeadas por uma série de ambiguidades, sendo

ao mesmo tempo um instrumento de conformidade e um espaço potencial para a resistência. A análise do **Livro Ata 1** mostra como o autoritarismo influenciou a concepção inicial do curso, mas também como alguns membros do colegiado viam na Educação Física uma possibilidade de formação cidadã. Esses registros são fundamentais para entender como o curso, mesmo sob repressão, buscava promover um conhecimento que pudesse contribuir para a construção de uma sociedade mais crítica.

A análise do **Livro Ata 1** também evidencia a importância da Educação Física como um campo em que se discutiam as relações entre corpo, sociedade e controle. A inclusão de disciplinas que analisavam o contexto social e as interações humanas revela uma tentativa de enriquecer a formação dos estudantes com conteúdos que pudessem prepará-los para atuar criticamente na sociedade. A presença dessas discussões, mesmo que limitadas, reflete uma resistência aos moldes puramente técnicos e disciplinadores do regime, permitindo que o curso promovesse, em certa medida, uma reflexão sobre as funções do esporte e do corpo no contexto social.

Outro aspecto relevante é a forma como o **Livro Ata 1** aborda o perfil do profissional de Educação Física que se pretendia formar, destacando tanto as habilidades técnicas quanto a capacidade de ensinar e influenciar a juventude brasileira. Essa visão do profissional como um modelo a ser seguido reflete as expectativas do governo militar, que via nos professores de Educação Física um importante veículo para inculcar valores de disciplina e obediência. Contudo, ao propor que os educadores também fossem intelectualmente preparados, o colegiado demonstrava uma tentativa de ampliar o papel do profissional para além do controle corporal, incluindo a dimensão intelectual e social.

O **Livro Ata 1** serve como um documento histórico que revela a complexidade do processo de criação e estruturação do curso de Educação Física em um contexto de autoritarismo. A análise das atas permite compreender como o colegiado lidava com as pressões externas e com as demandas internas, buscando, ao mesmo tempo, atender às exigências do governo e construir um curso que oferecesse uma formação completa. Essa dualidade torna o livro uma fonte rica para o estudo da relação entre educação e política, evidenciando como a UFPE tentava equilibrar a repressão com uma formação que contemplasse a crítica e a cidadania.

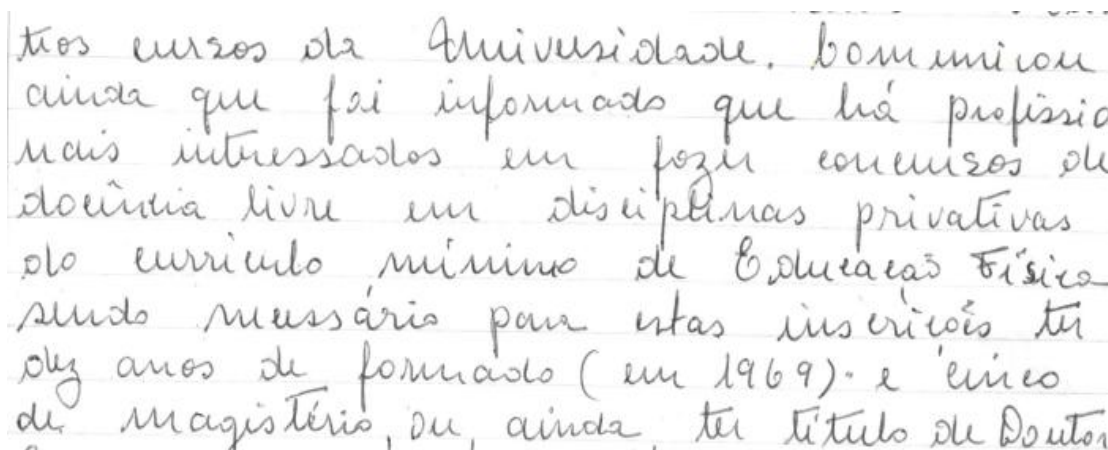
4.2 Análise Documental sobre a Formação e Seleção de Professores de Educação Física no Contexto da UFPE

A necessidade de formar professores de educação física é mencionada e percebemos que há uma dificuldade neste sentido, onde se sugere a presença de professores estrangeiros da Alemanha e do Japão por um ano as disciplinas de Ginástica, Natação, Voleibol e Atletismo (Livro Ata 1, p. 9), e a busca por profissionais mais capacitados. Alguns militares demonstram interesse em dar aulas, onde temos o relato de Carmem Monteiro, professora presente na dissertação de Silva (2017):

“Licenciatura superior e o curso exigia, aí ele disse: “A senhora tá duvidando que eu não sei educação física que é o mais que a gente faz?” Eu disse: “olhe sargento a educação Física do exército é uma coisa, aqui é uma formação de professores, eu não posso lhe aceitar”, então ele me denunciou na quinta seção do exército” (Carmem Monteiro, *apud* Silva 2017).

Com o relato da professora Carmem e também os requisitos para a seleção de professores, percebemos um esforço para selecionar profissionais capacitados para exercer o cargo de auxiliar em Educação Física, alguns dos requisitos seriam: dez anos de formação, cinco de magistério ou de doutorado (Livro Ata 1, p. 43).

Figura 12: requisitos para a seleção de professores (Livro Ata 1, p. 43).



nos cursos da Universidade. bom, ainda que foi informado que há profissionais mais interessados em fazer concursos de docência livre em disciplinas privativas do currículo mínimo de Educação Física sendo necessária para estas inscrições ter dez anos de formado (em 1969) e curso de Magistério, ou, ainda, ter título de Doutor

Fonte: registro do autor

Contudo, a quantidade de profissionais qualificados é escassa, em reuniões seguintes discute-se a necessidade de prorrogar contratos feitos até então para que o curso seja mantido em funcionamento, tendo professores estrangeiros como forma de suprir a demanda especializada necessária, a exemplo temos os professores Micheli Ortega Escobar, que é chilena e Byung Kuh Lee, que é sul coreano (Livro Ata 1, p. 49 - 50).

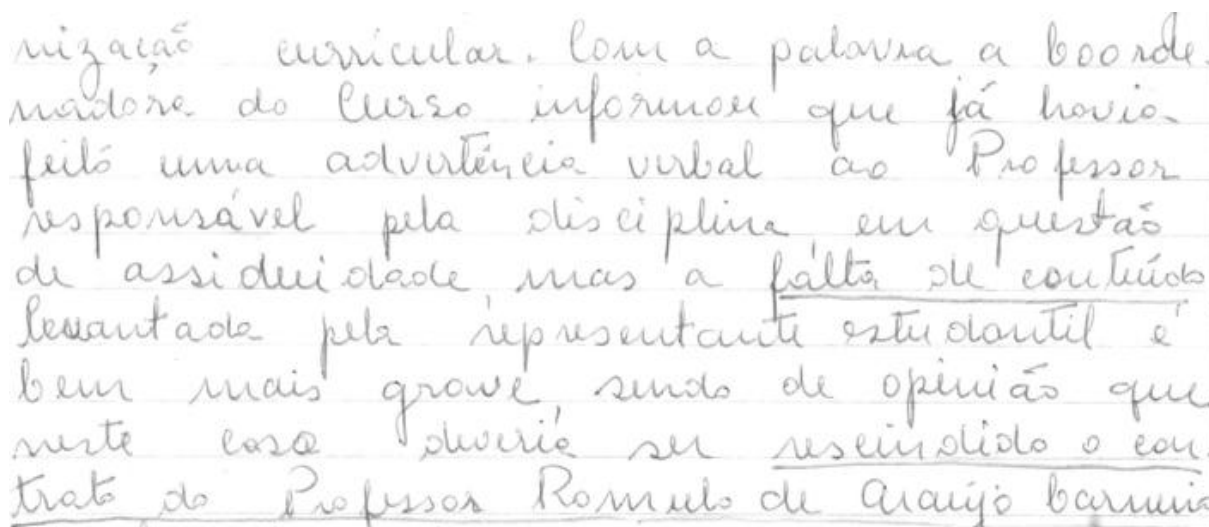
Outra discussão pertinente ocorre ainda na construção do processo seletivo para os professores, discute-se as percepções sobre o que um professor de Educação Física deve possuir como obrigatoriedade de função. O professor João Audifax é da opinião de que o profissional deve possuir arcabouço teórico para produzir um plano de aula em 24 horas e ser capaz de executá-lo em seguida, já o presidente Armando Samico discorda e afirma que o que está sendo avaliado é a sua capacidade de ensino e não de desportista, sendo assim o candidato deve demonstrar capacidade de ensinar, transmitir e fazer demonstração prática (Livro Ata 1, p. 63 - 64).

O governo demonstra interesse em desenvolver uma pós-graduação em Educação Física no país, percebe-se com a necessidade de profissionais qualificados para os cargos de professores o incentivo a capacitação, as primeiras universidades a cumprir estas demandas são a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Pernambuco (Livro Ata 1, p. 130). Há também o incentivo a intercâmbio com países que possuem convênio com a Federal para os professores auxiliares que estão exercendo o cargo na instituição (Livro Ata 1, p.

140), em outra ocasião é relatado que o professor George Browne está realizando doutorado nos Estados Unidos da América (Livro Ata 1, p. 137).

Apesar dos esforços para selecionar profissionais capacitados durante o exercício de função, há algumas situações relatadas ao colegiado de professores advertidos por faltas e também é pontuado pelos estudantes a falta de conteúdo (Livro Ata 1, p. 117).

Figura 13: professores advertidos e falta de conteúdo (Livro Ata 1, p. 117).



nização curricular. Com a palavra a boarde
 madore do curso informou que já havia
 feito uma advertência verbal ao Professor
 responsável pela disciplina em questão
 de assiduidade, mas a falta de conteúdo
 levantada pela representante estudantil é
 bem mais grave, sendo de opinião que
 neste caso deveria ser rescindido o con-
trato do Professor Rômulo de Araújo Barreto

Fonte: registro do autor

Posteriormente também acontecem reclamações de irregularidades em avaliação (Livro Ata 1, p. 171), e retomam o aspecto de falta dos professores (Livro Ata 1, p. 176).

Discussão acerca da melhor maneira para suprir vagas de professores auxiliares, a professora Delza foi da opinião de que o melhor deveria ser chamado enquanto o professor Rômulo pensa que estudantes de destaque deveriam ser priorizados, sugerindo um banco de espera de estudantes destacados baseado em seus curriculum vitae (Livro Ata 1, p. 185).

Com a entrada da professora Delza nas reuniões percebemos posicionamentos enfáticos da professora, em certa reunião denuncia irregularidade de professores de nível superior estão suprimindo carga horária no colégio de aplicação, o que o professor Rômulo rebate como sendo de conhecimento da pró-reitoria acadêmica (Livro Ata 1, p. 185). A professora também se empenhou na

construção de uma reforma curricular que não foi posta em prática por ultrapassar os limites de carga horária postos pelo conselho federal de educação. Em outra discussão desta reunião acerca de conflitos de horários e trâmites de estrutura, a professora se posiciona: “a universidade vive em função dos alunos e que, na sua opinião, eles não deveriam ser prejudicados para satisfazer as necessidades e exigências de cada Departamento” (Livro Ata 1, p. 193).

As atas do curso de Educação Física da UFPE retratam não só os desafios administrativos e estruturais para a formação de um corpo docente qualificado, mas também as divergências filosóficas sobre o papel do professor de Educação Física. A análise dessas atas revela as tensões entre visão teórica e prática, critérios de seleção e a importância da ética e da capacitação contínua. A experiência de professores estrangeiros e o incentivo à internacionalização ilustram os esforços para superar as limitações locais e alinhar o curso com padrões de excelência acadêmica e prática.

4.3 Relações com a Ditadura

A princípio analisando os principais professores deste documento o presidente Armando Samico e a professora Carmem Monteiro, encontramos registros em dissertação e documentação no Diário de Pernambuco que aponta o presidente do colegiado com posicionamento de direita e favorável a Ditadura e a professora Carmem relata que buscava apaziguar movimentações estudantis.

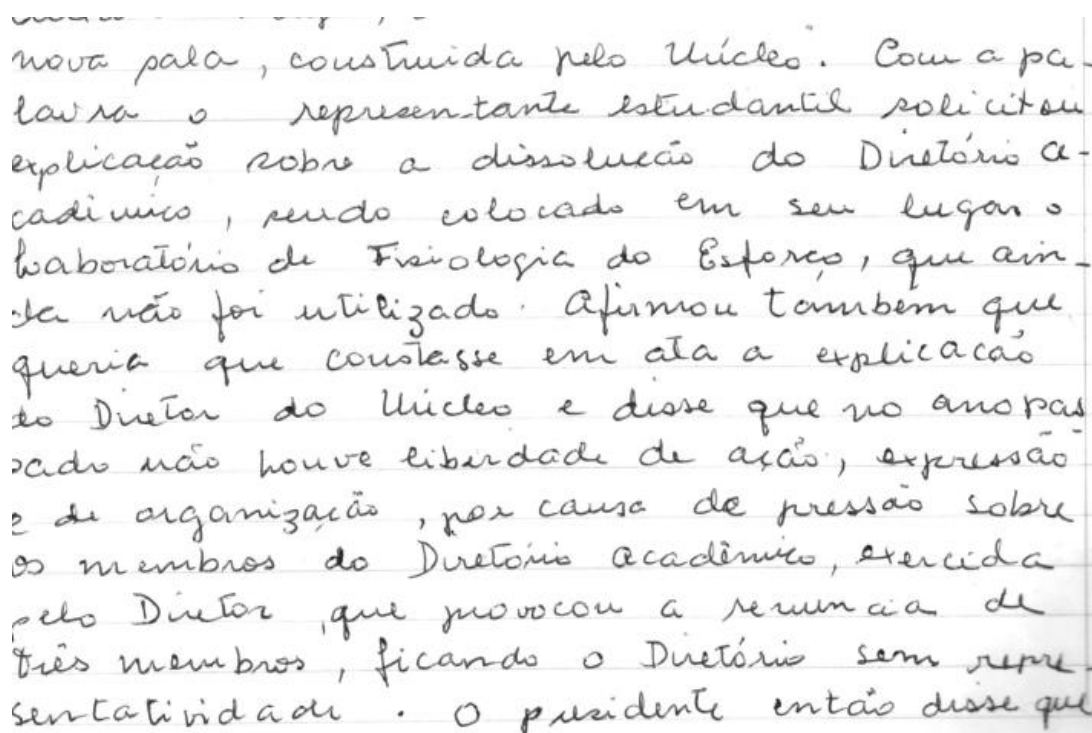
Destaca-se também que o relato da professora Carmem afirma que barrava manifestações estudantis de resistência e acrescenta que em linhas gerais o posicionamento da UFPE não foi de oposição ao golpe militar, como pode-se perceber através da análise da dissertação de Tamires Oliveira da Silva (2017): “A Universidade Federal de Pernambuco, particularmente os órgãos administrativos, assim como também o departamento do Curso de Educação Física não exerceu um papel ativo contra um acontecimento político importante no Brasil, a ditadura militar, (...)” (Silva, p. 70).

A partir da oitava reunião do colegiado surge a presença de representantes estudantis nos encontros do colegiado com direito a voto, a primeira estudante presente é a Tereza Maria Batista Gomes. Em reuniões seguintes uma

das pautas é a avaliação das justificativas de faltas na votação do diretório acadêmico, caso não sejam aceitas as justificativas os estudantes teriam suspensão de até 30 dias. A representante Tereza intercedeu em casos que não haviam atestado pedindo prazo de oito dias para buscar justificativas dos estudantes, a solicitação foi atendida. Nesta situação percebe-se que o colegiado buscou não punir os estudantes arbitrariamente (Livro Ata 1, p. 74-75).

A presença estudantil dura por algumas reuniões de forma mais tranquila, porém posteriormente destaca-se que o representante estudantil agora outra pessoa, questiona adissolução do diretório acadêmico onde fora substituído pelo laboratório de fisiologia. Pede para que conste em ata que no ano anterior não houve liberdade de expressão, ação e organização para a classe estudantil e afirma que houve pressão do diretor aos membros do diretório o que acarretou em renúncia de três membros e resultou no fim da representatividade estudantil (Livro Ata 1, p. 151).

Figura 14: dissolução do diretório acadêmico (Livro Ata 1, p. 151).



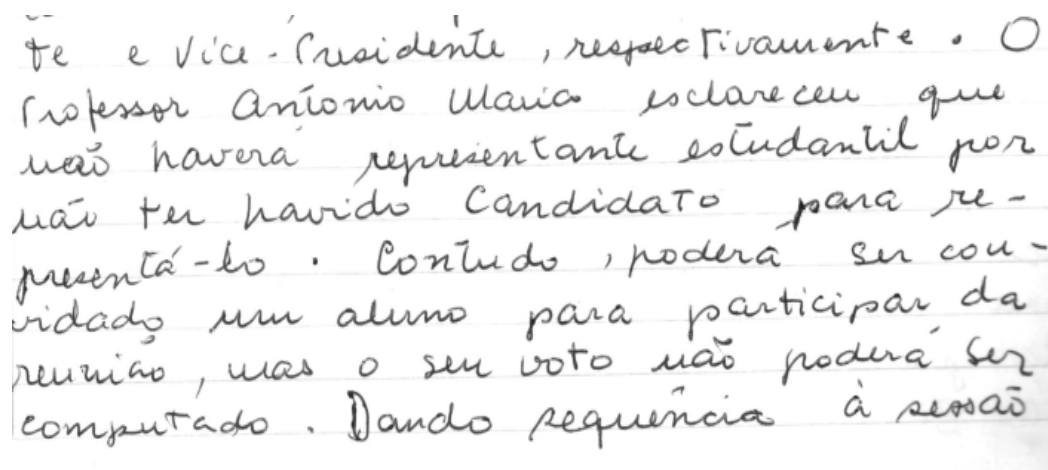
nova sala, construída pelo Núcleo. Com a palavra o representante estudantil solicitou explicação sobre a dissolução do Diretório Acadêmico, sendo colocado em seu lugar o laboratório de Fisiologia do Esforço, que ainda não foi utilizado. Afirmou também que queria que constasse em ata a explicação do Diretor do Núcleo e disse que no ano passado não houve liberdade de ação, expressão e de organização, por causa de pressão sobre os membros do Diretório Acadêmico, exercida pelo Diretor, que provocou a renúncia de três membros, ficando o Diretório sem representatividade. O presidente então disse que

Fonte: registro do autor

Em reuniões seguintes há ausência de representação estudantil, o professor Amando Samico, esclarece que por falta de candidato e não exclusão do colegiado,

mas que algum estudante poderá ser convidado a participar da reunião, porém sem direito ao voto (Livro Ata 1, p. 183). Esse controle indica um movimento institucional de limitar a voz e a influência dos estudantes no colegiado, refletindo a opressão estrutural típica do regime ditatorial.

Figura 15: algum estudante poderá ser convidado a participar da reunião, porém sem direito ao voto (Livro Ata 1, p. 183).



Te e Vice-Presidente, respectivamente. O Professor Antônio Maria esclareceu que não haverá representante estudantil por não ter havido Candidato para representá-lo. Contudo, poderá ser convidado um aluno para participar da reunião, mas o seu voto não poderá ser computado. Dando sequência à sessão

Fonte: registro do autor

O impacto da ditadura também é observado em decisões institucionais que afetam diretamente a estrutura e a operação do curso. Entre os tópicos gerais destacados, há o uso do campus de Educação Física como centro de distribuição de suprimentos para mais de 400 famílias atingidas por enchentes, ação coordenada pelo presidente da Federação Acadêmica Pernambucana de Esportes (FAPE) (Livro Ata 1, p. 132). Além disso, houve a abertura de uma segunda entrada de estudantes no curso, condicionada à entrada de verbas para a construção de novas salas de aula. No entanto, sem o repasse de recursos, a entrada desses novos alunos ficou inviável, mostrando como a infraestrutura do curso dependia do apoio financeiro do governo, que nem sempre era pontual (Livro Ata 1, p. 189).

A análise das atas do colegiado do curso de Educação Física da UFPE durante a ditadura militar revela uma instituição adaptada ao controle e à repressão política. A postura de alguns professores em relação ao regime, a limitação da representatividade estudantil e o uso do curso para fins assistenciais revelam a influência do contexto ditatorial no cotidiano acadêmico. A dificuldade de sustentação de uma voz ativa

dos estudantes reflete um controle que limitava a liberdade de expressão e participação, características comuns ao período. Essa análise oferece uma visão crítica sobre como o ambiente universitário se configurou sob a influência do autoritarismo, moldando tanto as relações institucionais quanto as oportunidades de atuação política e de formação crítica dos estudantes.

Um dos aspectos centrais dessa análise é a postura adotada por determinados professores e administradores em relação ao regime. Muitos desses docentes pareciam acatar as orientações governamentais sem questionamentos, apoiando medidas que limitavam a expressão política dentro do curso. Essa postura institucional refletia não apenas uma aceitação das políticas do regime, mas também um esforço ativo de alguns docentes para impedir discussões críticas e formar uma geração de profissionais de educação física alinhados aos valores do autoritarismo. A formação física era priorizada, enquanto temas críticos, que pudessem fomentar debates sobre cidadania ou justiça social, eram restritos ou omitidos.

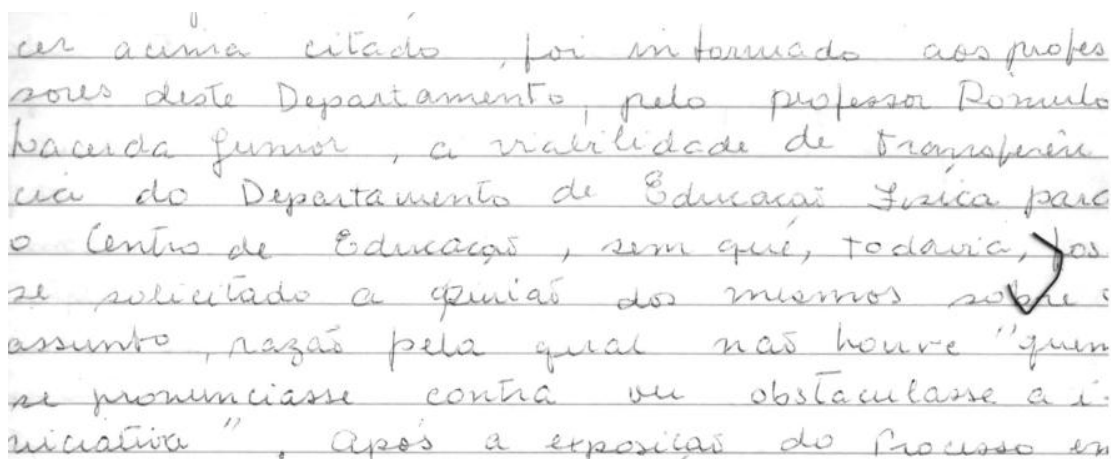
O contexto autoritário também se manifestava na limitação da representatividade estudantil dentro do colegiado, restringindo a atuação dos estudantes e sua capacidade de influenciar as decisões acadêmicas. As atas revelam que, embora alguns estudantes tentassem participar das deliberações e propor mudanças, suas vozes eram frequentemente ignoradas ou suprimidas. A ausência de uma representatividade estudantil plena indica uma estrutura de poder em que os alunos tinham poucas oportunidades de participar ativamente no processo decisório, uma característica que espelhava o controle social e político do período, no qual a juventude era incentivada a se conformar às normas estabelecidas.

4.4 Análise Documental - Livro Ata 2: Administração do Departamento de Educação Física

O **Livro Ata 2** detalha a administração e os desafios enfrentados pelo Departamento de Educação Física da UFPE, refletindo questões de gestão, infraestrutura, processo de seleção de professores e disputas internas sobre práticas administrativas. O contexto institucional e organizacional do curso revela tensões recorrentes, decisões estruturais e um esforço contínuo para consolidar o curso e o departamento.

O documento inicia com a eleição da **professora Delza Pinheiro** como chefe do departamento. Em reuniões subsequentes, surgiu a discussão sobre a possível transferência do curso de Educação Física do Departamento de Saúde para o Departamento de Educação. **O professor Rômulo de Araújo** argumentou que o conselho universitário não se opôs à mudança, mas a professora Delza afirmou que a opinião do colegiado não havia sido solicitada, e por isso, não houve oposição formal. Delza também mencionou a ausência de documentação que sustentasse a posição do professor Romulo sobre o apoio do conselho (Livro Ata 2, p. 15).

Figura 16: Proposta do Professor Rômulo de Araújo para mudança do Departamento de Educação Física para o Centro de Educação (Livro Ata 2, p. 15).



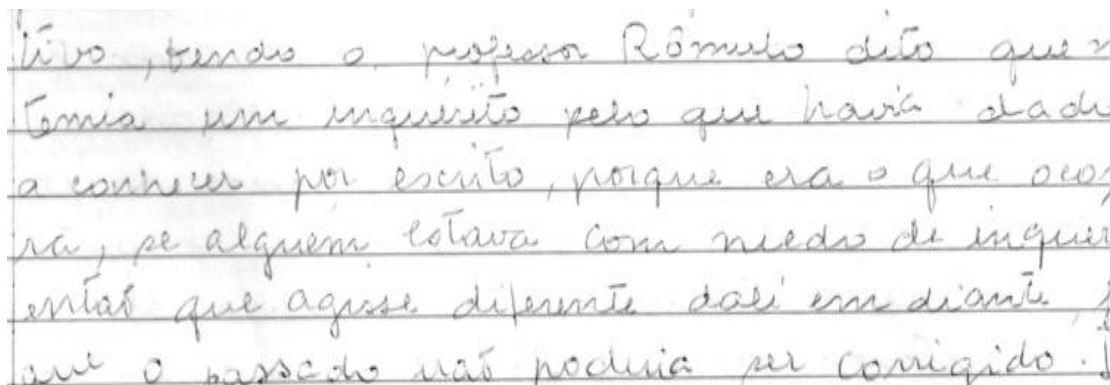
cer acima citado, foi informado aos profes-
sores deste Departamento, pelo professor Romulo
Bacunda Junior, a validade de transfe-
rência do Departamento de Educação Física para
o Centro de Educação, sem que, todavia, fos-
se solicitado a opinião dos mesmos sobre o
assunto, razão pela qual não houve "quem
se pronunciasse contra ou obstaculasse a i-
niciativa". Após a exposição do processo em

Fonte: registro do autor

O relatório de atividades do ano de 1979, elaborado pelo professor Rômulo e apoiado pelo professor Lourivaldo, gerou controvérsias. A professora Delza questionou o relatório, destacando críticas à diretoria do departamento. Em resposta, o professor Lourivaldo disse não ter se atentado às críticas do documento, sugerindo que o ponto fosse discutido com a presença do professor Rômulo (Livro Ata 2, p. 44).

Durante a reunião, Rômulo defendeu seu direito de criticar a gestão e afirmou que o relatório refletia sua opinião subjetiva, baseando-se em referências. A possibilidade de um inquérito foi mencionada, mas o professor Rômulo declarou não ter medo do processo (Livro Ata 2, p. 47). O episódio revela o clima de tensão entre os membros do colegiado e uma divergência de opiniões quanto à transparência e subjetividade nos relatórios administrativos.

Figura 17: Discussão acerca de abertura de inquérito sobre o Professor Rômulo de Araújo (Livro Ata 2, p. 47).



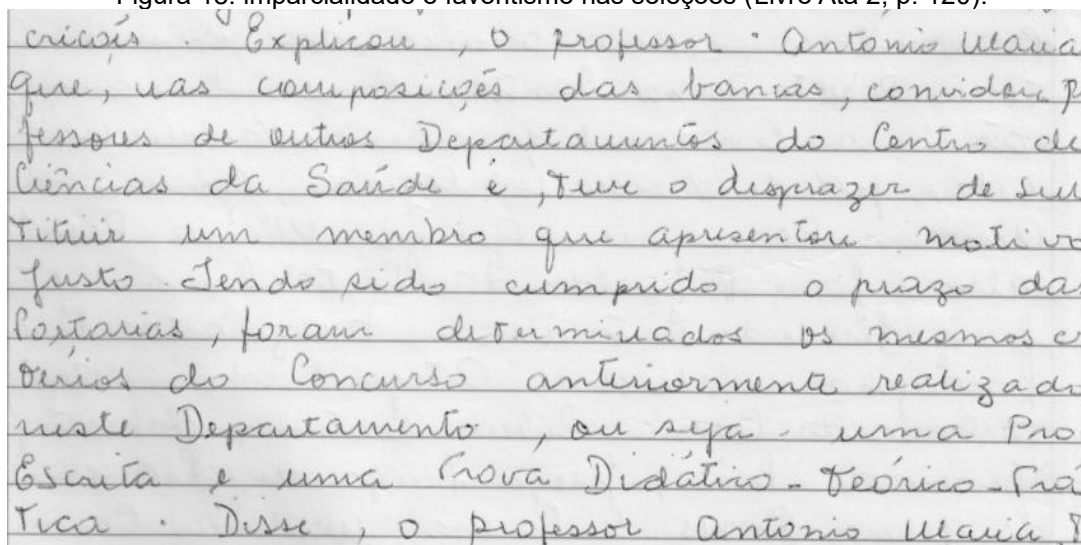
Tive, tendo o professor Rômulo dito que
teria um inquérito pelo que havia dado
a conhecer por escrito, porque era o que o co-
ria, se alguém estava com medo de inqué-
ritos que agisse diferente dali em diante,
que o passado não poderia ser corrigido.

Fonte: registro do autor

Além das disputas administrativas, o colegiado discutiu problemas de infraes-
trutura, incluindo questões de serviços de limpeza, ocupação inadequada de espaços
com materiais de uso acadêmico e a gestão dos professores nas disciplinas. A pro-
fessora Delza respondeu a pontos levantados no relatório, envolvendo o processo
seletivo de novos professores e a contratação de docentes. Divergências entre ela e
o professor Lourenço também surgiram, destacando diferenças na abordagem de trâ-
mites administrativos (Livro Ata 2, p. 61).

Outro ponto de destaque é a criação de uma **banca examinadora** para o pro-
cesso seletivo de novos professores assistentes e a nomeação de professores titula-
res (Livro Ata 2, p. 16, p. 107). Discussões sobre a tendenciosidade no processo se-
letivo também surgiram, com acusações de que alguns membros da comissão esta-
vam ajudando ou prejudicando candidatos específicos. Esse aspecto indica um pro-
blema de imparcialidade e favoritismo nas seleções, comprometendo a transparência
e a ética do colegiado (Livro Ata 2, p. 120).

Figura 18: imparcialidade e favoritismo nas seleções (Livro Ata 2, p. 120).



críticas. Explicou, o professor Antonio Maria
que, nas composições das bancas, convidou p
fessores de outros Departamentos do Centro de
Ciências da Saúde e, teve o desprazer de su
tituir um membro que apresentou motivo
justo. Tendo sido cumprido o prazo da
cartarias, foram determinados os mesmos co
nvidos do Concurso anteriormente realizado
neste Departamento, ou seja - uma Pro
Escrita e uma Prova Didático-Teórico-Prá
tica. Disse, o professor Antonio Maria, I

Fonte: registro do autor

As dificuldades estruturais também são evidentes na falta de uma biblioteca setorial para o curso, uma solicitação negada pelo Centro de Ciências da Saúde. A **biblioteca central** já sofria com a falta de livros de Educação Física, o que limitava o acesso dos alunos aos recursos necessários para o curso. Como resposta, o professor **Renato Coutinho** organizou uma biblioteca interna composta por doações de editoras e solicitou contribuições dos professores para aumentar o acervo de materiais de referência (Livro Ata 2, p. 140).

O **Livro Ata 2** documenta um período de desafios administrativos e estruturais para o curso de Educação Física da UFPE. A falta de consenso nas questões de gestão e a ausência de recursos, como uma biblioteca setorial, dificultaram a organização do curso e evidenciam as limitações enfrentadas pelo colegiado. As disputas internas, somadas aos problemas de infraestrutura, revelam a complexidade de consolidar um curso acadêmico em meio a divergências internas e escassez de recursos.

4.5 Análise Documental - Livro Ata 2: Área de Pesquisa e Currículo do Curso de Educação Física

O **Livro Ata 2** do colegiado de Educação Física da UFPE expõe diversas propostas de cursos de extensão, alterações curriculares, capacitação dos professores e presença da representação estudantil, revelando um compromisso crescente com a

pesquisa e o aprimoramento acadêmico. A análise desses tópicos evidencia a preocupação com o desenvolvimento do curso, a inclusão de práticas e disciplinas que atendam às demandas de gênero e a adaptação às necessidades do mercado de trabalho.

Ao longo das reuniões, foram propostas várias iniciativas de cursos de extensão para suprir as necessidades de formação complementar e de atualização dos alunos e docentes. A **professora Delza** sugeriu o curso de "avaliação funcional da performance desportiva" (Livro Ata 2, p. 25), enquanto outras propostas incluíram temas como "regulamentação desportiva", "técnicas e arbitragem de futebol de salão", "fisiologia do exercício" e "taxonomia dos objetivos educacionais" (Livro Ata 2, p. 33).

Em resposta à demanda feminina pelo curso de futebol de campo, o professor **Lorivaldo Rodrigues** sugeriu a criação de um curso de extensão voltado especificamente para o público feminino, destacando a ausência dessa disciplina no currículo feminino. A **professora Tereza Luiza** reforçou a necessidade dessa oferta, mencionando a falta de alunos homens suficientes para suprir a orientação do esporte (Livro Ata 2, p. 139 - 140). Além disso, a disciplina "peso e halteres" foi reformulada e renomeada para "musculação", sendo também incorporada ao currículo feminino, demonstrando um avanço na igualdade curricular entre os gêneros (Livro Ata 2, p. 26)

O colegiado também participou de discussões nacionais sobre o papel da Educação Física nas universidades, com a leitura e análise do documento "Educação física e desportos nas universidades brasileiras", encaminhado pelo Conselho de Reitores (Livro Ata 2, p. 27). Para dinamizar a prática desportiva e atender melhor aos interesses dos estudantes, o colegiado propôs competições interclasses e a setorização dos grupos de atividades, visando adequar as atividades esportivas às especificidades de cada turma (Livro Ata 2, p. 34).

A necessidade de capacitação docente e o incentivo à pesquisa acadêmica aparecem como temas centrais no **Livro Ata 2**. A carência de publicações específicas foi destacada, e professores com artigos publicados foram elogiados e recomendados para receberem o incentivo V (Livro Ata 2, p. 79). Houve pedidos frequentes de afastamento ou redução de carga horária para a realização de especializações, como no

caso da professora Delza, que solicitou afastamento para cursar o mestrado (Livro Ata 2, p. 86).

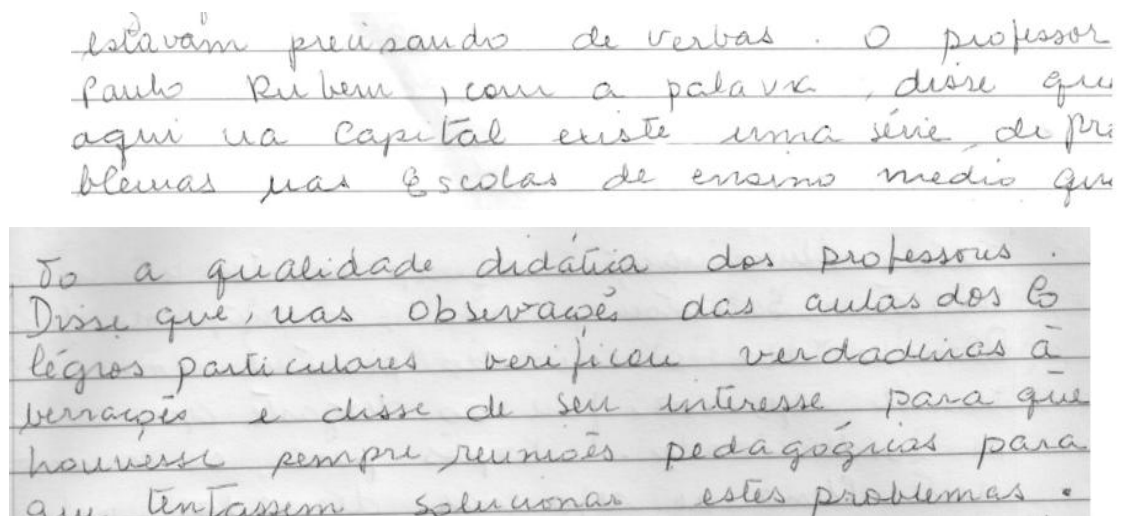
O professor **Byung Kuh Lee**, que concluiu seu mestrado na Coreia do Sul, foi mencionado positivamente por sua pesquisa comparativa sobre a personalidade de atletas coreanos e brasileiros, que envolveu 480 participantes. Essa pesquisa foi bem recebida e elogiada por trazer uma visão internacional à área de Educação Física da UFPE (Livro Ata 2, p. 112 -115). No entanto, o afastamento de docentes para especialização começou a causar dificuldades de substituição em determinadas disciplinas, refletindo os desafios na gestão dos recursos humanos do departamento (Livro Ata 2, p. 119).

Além disso, houve a oferta de uma bolsa de estudos para obtenção do título de mestre em uma instituição norte-americana, que estava aberta tanto a professores quanto a estudantes (Livro Ata 2, p. 139).

A promoção de eventos também ganhou destaque, com a organização de um seminário sobre currículo de Educação Física que envolveu participantes de outros estados e discussões sobre o perfil do professor de Educação Física (Livro Ata 2, p. 137 - 165). Além disso, o professor **Rômulo** foi eleito presidente da associação atlética de Educação Física e apoiou o primeiro encontro regional de estudantes, promovido pelo diretório acadêmico, ação elogiada pelo professor (Livro Ata 2, p. 92). Foram também sugeridas ideias para um ciclo de palestras no departamento (Livro Ata 2, p. 139).

A presença estudantil nas reuniões do colegiado foi intermitente. Em 1981, quando os estudantes voltaram a participar, um representante destacou a importância de sua inclusão nas discussões. Ele manifestou preocupação com os cursos de curta duração em Educação Física e o impacto deles no mercado de trabalho, indicando o receio dos alunos em relação à qualidade do ensino e à concorrência profissional (Livro Ata 2, p. 122). O **professor Paulo Rubem** compartilhou da preocupação com a qualidade, mencionando a “qualidade didática aberrante” observada em alguns profissionais da área em escolas particulares (Livro Ata 2, p. 128).

Figura 19: O professor Paulo Rubem compartilhou da preocupação com a qualidade (Livro Ata 2, p. 128).



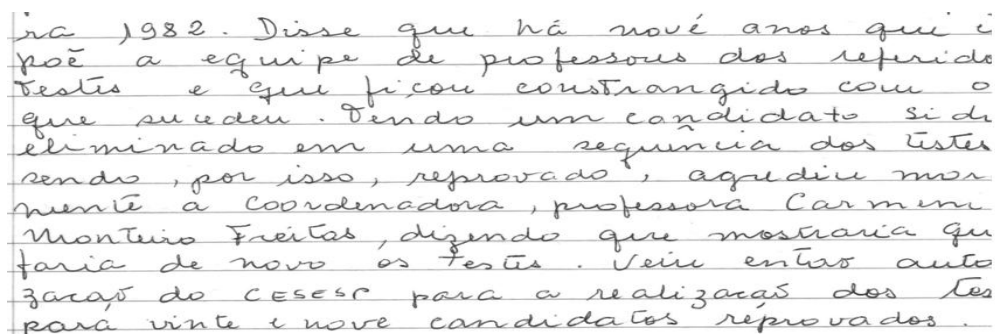
estavam precisando de verbas. O professor Paulo Rubem, com a palavra, disse que aqui na Capital existe uma série de problemas nas escolas de ensino médio que to a qualidade didática dos professores. Disse que, nas observações das aulas dos colegas particulares verificou verdades à verrapés e disse de seu interesse para que houvesse sempre reuniões pedagógicas para que tentassem solucionar estes problemas.

Fonte: registro do autor

O professor **Antônio Maria** também pontuou a necessidade de os docentes aceitarem críticas sobre suas metodologias e comportamentos, mencionando que essa era uma observação frequente dos estudantes, ainda que estes não estivessem presentes na reunião (Livro Ata 2, p. 170). Por fim, um professor de instituição externa foi convidado a ministrar um curso sobre pedagogia do esporte, reforçando a importância de trazer novas abordagens ao departamento (Livro Ata 2, p. 177).

Outros tópicos gerais incluem uma discussão sobre a representação estudantil e a insatisfação dos alunos com o formato dos testes de aptidão. Em um caso relatado, um estudante que não passou nos testes de aptidão verbalmente agrediu a **professora Carmem Monteiro** e, após a exigência da CESESP de que os testes fossem refeitos, a professora solicitou desligamento da coordenação dos testes (Livro Ata 2, p. 147).

Figura 20: professora Carmem Monteiro solicitou desligamento da coordenação dos testes (Livro Ata 2, p. 147).



na 1982. Disse que há nove anos que i
põe a equipe de professores dos referido
testes e que ficou constrangido com o
que sucedeu. Sendo um candidato si de
eliminado em uma sequência dos testes
sendo, por isso, reprovado, agrediu mor
mente a coordenadora, professora Carmem
Monteiro Freitas, dizendo que mostraria qu
teria de novo os testes. Veio então auto
zação do CESESC para a realização dos tes
para vinte e nove candidatos reprovados.

Fonte: registro do autor

O **Livro Ata 2** expõe o crescimento e a evolução do curso de Educação Física da UFPE, abordando desde a adaptação curricular para incluir as demandas de gênero até o fomento à pesquisa e capacitação docente. Os desafios enfrentados, como a ausência de uma presença constante da representação estudantil e a gestão das demandas por qualificação dos professores, refletem as dificuldades de consolidar um curso que atenda às expectativas acadêmicas e profissionais da época.

4.6 Análise Documental - Livro Ata 3: Dinâmicas Administrativas e Questões Gerais do Curso de Educação Física

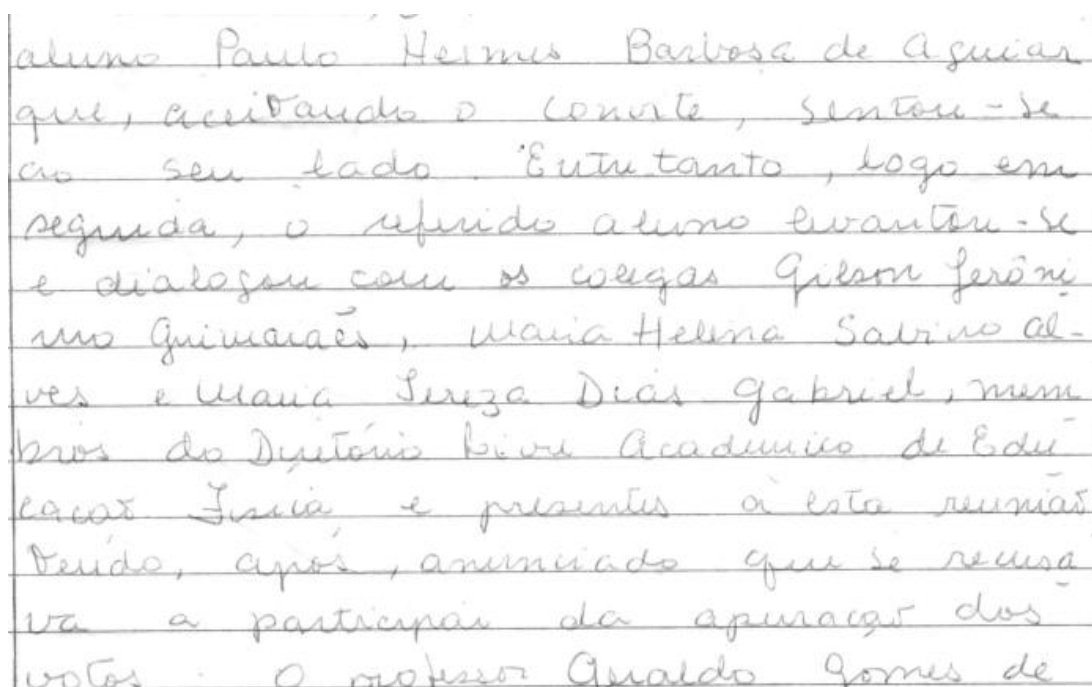
O **Livro Ata 3** do colegiado do curso de Educação Física da UFPE aborda questões administrativas, estruturais e relacionais do departamento, oferecendo um panorama dos desafios internos de organização e governança no curso. Além disso, as atas revelam dificuldades na comunicação e participação estudantil, tensões no corpo docente e esforços para melhorar o ambiente acadêmico.

O corpo docente do departamento de Educação Física, segundo o registro inicial, era composto por um total de **16 professores**, divididos entre **8 auxiliares e 8 assistentes**. Essa estrutura docente evidencia uma divisão de responsabilidades e possivelmente uma distinção nas funções de cada grupo de professores, refletindo a tentativa de estruturar um quadro docente estável e funcional para atender às necessidades do curso (Livro Ata 3, p. 4).

O diretório acadêmico comunicou ao colegiado que não conseguiu eleger um representante para participar da eleição devido à falta de uma solicitação oficial em tempo hábil. Como resultado, o estudante **Paulo Hermes** participou da reunião, mas sem direito a voto, evidenciando uma limitação na representatividade dos alunos (Livro Ata 3, p. 5).

Em um encontro posterior, estudantes foram expulsos da reunião devido a tumulto, o que reflete a tensão e o descontentamento entre o corpo discente e a administração. Esse episódio de conflito sugere uma falta de diálogo e de espaço para a participação estudantil nas discussões colegiadas, o que pode ter contribuído para o distanciamento e insatisfação dos alunos com as decisões do colegiado (Livro Ata 3, p. 9).

Figura 21: distanciamento e insatisfação dos alunos com as decisões do colegiado (Livro Ata 3, p. 9).



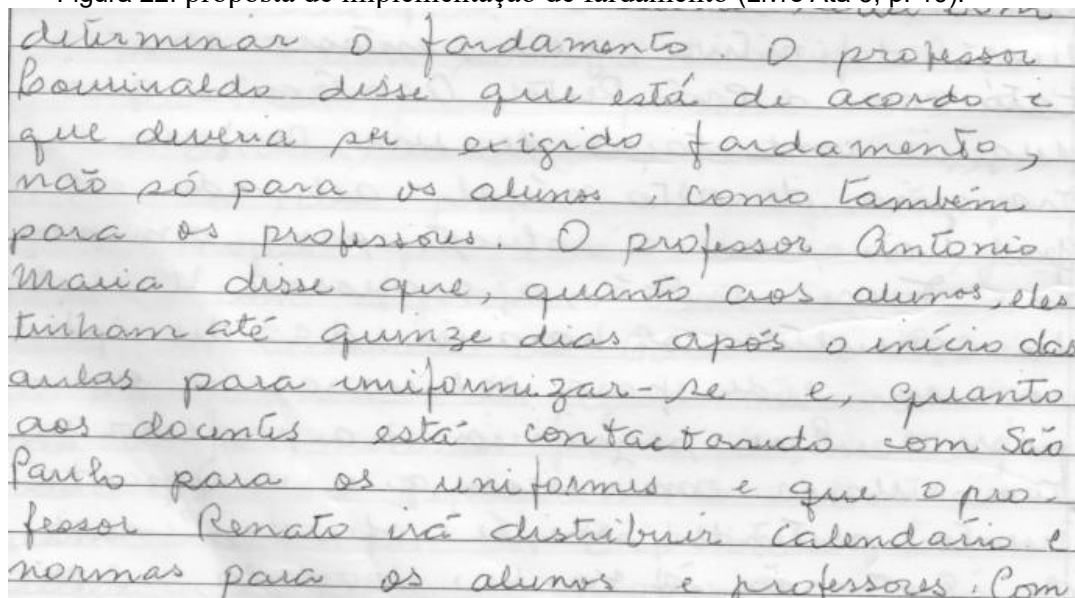
aluno Paulo Hermes Barbosa de Aguiar que, aceitando o convite, sentou-se ao seu lado. Entretanto, logo em seguida, o referido aluno levantou-se e dialogou com os colegas Gelson Jerônimo Guimarães, Maria Helena Salvo Alves e Maria Lúcia Dias Gabriel, membros do Diretório Acadêmico de Educação Física, e presentes à esta reunião. Devido, após, anunciado que se recusava a participar da apuração dos votos. O professor Geraldo Gomes de

Fonte: registro do autor

Durante as reuniões, discutiu-se a questão do cumprimento dos horários por parte dos docentes e estudantes, apontando uma necessidade de rigor na organização das atividades. Além disso, foi mencionada a proposta de **implementação de fardamento** tanto para professores quanto para estudantes, uma medida que visava

padronizar e, possivelmente, formalizar a apresentação dos envolvidos no curso (Livro Ata 3, p. 19).

Figura 22: proposta de implementação de fardamento (Livro Ata 3, p. 19).



determinar o fardamento. O professor Boninaldo disse que está de acordo e que deveria ser exigido fardamento, não só para os alunos, como também para os professores. O professor Antonio Maria disse que, quanto aos alunos, eles tinham até quinze dias após o início das aulas para uniformizar-se e, quanto aos docentes está contactando com São Paulo para os uniformes e que o professor Renato irá distribuir calendário e normas para os alunos e professores. Com

Fonte: registro do autor

A professora **Evanil** relatou críticas recebidas durante seu período como chefe de departamento. Ela anunciou seu afastamento do cargo e solicitou apoio para o próximo professor que viesse a assumir a chefia, reconhecendo os desafios e as demandas do papel. A decisão de Evanil de se afastar destaca as pressões internas no departamento e a necessidade de suporte para uma gestão eficaz (Livro Ata 3, p. 20).

O **Livro Ata 3** revela aspectos importantes sobre a gestão e o funcionamento do departamento de Educação Física da UFPE, desde a estrutura do corpo docente até a dinâmica de participação dos estudantes e questões de organização administrativa. A dificuldade em estabelecer uma representação estudantil consistente e o episódio de tumulto durante as reuniões indicam um ambiente de tensão e a necessidade de maior diálogo entre os membros do colegiado e os alunos. O afastamento da professora Evanil do cargo de chefe também evidencia as pressões do cargo e o desafio de liderança no departamento.

4.7 Análise Documental - Livro Ata 4: Projetos de Pesquisa, Extensão e Eventos no Departamento de Educação Física

O **Livro Ata 4** documenta o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão, participação docente em eventos nacionais e internacionais, e iniciativas de colaboração e intercâmbio acadêmico. Esses registros mostram o empenho do colegiado em fortalecer o curso de Educação Física na UFPE, com ênfase na capacitação dos professores, integração comunitária e oferta de eventos que promovam o crescimento acadêmico e profissional.

As atas registram pedidos frequentes de afastamento de professores para participação em congressos, campeonatos e eventos acadêmicos. Por exemplo, o **professor Zé Arlindo Carneiro** solicitou afastamento para competir em campeonatos internacionais no México, Orlando e Atenas, sendo parabenizado pelo presidente. Em uma decisão posterior, o colegiado determinou que professores afastados para esses eventos apresentassem um relatório detalhado ao retornar, relatando suas experiências e aprendizados (Livro Ata 4, p. 264).

Foram criadas comissões para o **Programa de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Saúde (PAAPS)**, com o objetivo de levantar dados bibliográficos e desenvolver um curso de avaliação em Educação Física. A comissão também foi responsável pelo seminário de ciências do esporte (Livro Ata 4, p. 44). O II Seminário de Educação Física, embora tenha recebido elogios de outros departamentos, contou com baixa adesão de professores e estudantes do curso, o que motivou discussões sobre a importância da participação em eventos e o compromisso dos docentes (Livro Ata 4, p. 58).

Entre os eventos destacados, foi realizada a **primeira edição da ESPORTARTE**, promovida pela diretoria do curso, e o **II Congresso Brasileiro da Ciência do Esporte**, programado para 1987 (Livro Ata 4, p. 154, p.181). O professor **Manoel Sérgio de Lisboa** também ministrou um curso sobre motricidade humana, enriquecendo o repertório de conhecimentos especializados entre os participantes (Livro Ata 4, p. 315).

O **professor Rômulo** solicitou afastamento para atuar na Escola Técnica Federal de Pernambuco, e o colegiado aprovou o pedido. No entanto, o **professor Antônio Maria** sugeriu que fossem estabelecidas exigências de maior permanência dos docentes na UFPE, visando a continuidade e o comprometimento institucional (Livro Ata 4, p. 48-49). Em reuniões subsequentes, o colegiado expressou o objetivo de promover mudanças estruturais que fortalecessem o curso, especialmente após a conclusão do mestrado da **professora Delza**, que contribuiu para a melhora do conceito do curso na avaliação acadêmica (Livro Ata 4, p. 58, 73).

Entre os projetos de extensão, o **Projeto Vasco da Gama** foi aprovado e promovido como um modelo piloto para envolver a comunidade estudantil em atividades de extensão e ação comunitária (Livro Ata 4, p. 77, 102, 130-131). Inspirados por essa iniciativa, outros projetos foram desenvolvidos, como o **Criança-Vida-Movimento**, uma ação comunitária realizada em Itamaracá e voltada para a população carcerária, e o convênio com a FABEM para a prática de basquetebol (Livro Ata 4, p. 345, 359).

O seminário integrado abordou temas como **constituição, reforma curricular e avaliação esportiva não formal**, incluindo cursos de extensão em capoeira, natação para pessoas com deficiência e metodologia esportiva (Livro Ata 4, p. 218). Outros projetos enviados aos órgãos competentes incluíam o **Criança-Movimento-Vida**, intercâmbio acadêmico, estágio curricular, treinamento e reciclagem de professores (Livro Ata 4, p. 235). O intercâmbio foi incentivado, com a organização de uma vinda de professores alemães e a proposta de intercâmbio com a Universidade Federal de Santa Maria (Livro Ata 4, p. 73, 129).

A **professora Delza** comunicou a criação de um núcleo de pesquisa, que ela mesma coordenaria, reforçando o compromisso do departamento com a produção científica e a formação avançada dos docentes (Livro Ata 4, p. 85). Delza também apresentou o projeto para o primeiro curso de pós-graduação em Medicina Desportiva, discutido em detalhes pelo colegiado (Livro Ata 4, p. 188). Entre as produções acadêmicas mencionadas, destacam-se a monografia da estudante **Vera Luiza**, intitulada “Atividades físicas e lazer para idosos em asilos”, e o lançamento do livro do **professor Antônio Maria**, intitulado “Basquetebol básico, técnicas individuais” (Livro Ata 4, p. 119, 169).

O Projeto Vasco da Gama motivou a criação de novos projetos, como o **Criança-Movimento-Vida** e a **cooperação técnica universitária**. Contudo, surgiram críticas sobre a desvinculação entre a graduação e os projetos de extensão, especialmente nas **escolinhas**. A comissão pontuou problemas como a ministração de aulas de judô por pessoas sem formação adequada e recomendou que se documentasse qualquer recusa de professores em colaborar com os projetos (Livro Ata 4, p. 258).

Houve um encontro entre representantes do MEC e a diretoria da UFPE para discutir o **programa nacional de educação e saúde por meio do exercício físico e do esporte**, com interesse em futuras colaborações. O encontro também abordou a possibilidade de reativar o curso de pós-graduação a longa distância (Livro Ata 4, p. 255).

O **Livro Ata 4** reflete um período de expansão e desenvolvimento para o Departamento de Educação Física da UFPE, com iniciativas que abrangem desde a capacitação docente até o engajamento em projetos comunitários e internacionais. A documentação demonstra um compromisso com a evolução acadêmica e a integração social, embora ainda enfrente desafios, como a vinculação entre graduação e extensão e a manutenção de padrões de qualificação docente.

4.8 Análise Documental - Livro Ata 4: Proposição e Discussão da Reforma Curricular

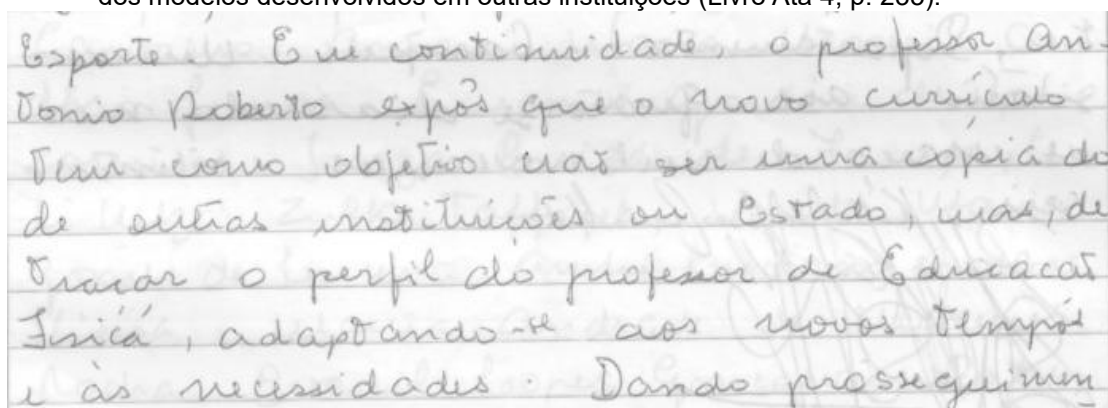
O **Livro Ata 4** registra um período significativo de debate e proposição de uma reforma curricular para o curso de Educação Física na UFPE, refletindo uma tentativa de adaptação do currículo às novas demandas sociais e profissionais. As atas documentam o processo de aprovação de disciplinas, discussões sobre os objetivos do curso e a tentativa de estabelecer uma visão integrada da Educação Física, contemplando tanto a dimensão prática quanto a social.

A reforma curricular foi proposta formalmente para análise e aprovação, sendo um processo extenso que incluiu várias reuniões para discutir e ajustar o conteúdo das disciplinas e planos de curso. Algumas disciplinas foram aprovadas diretamente, enquanto outras receberam sugestões de ajustes, apontando para um esforço

colaborativo no colegiado para moldar um currículo adequado às necessidades dos estudantes (Livro Ata 4, p. 165, 194-198).

O professor **Antônio Roberto** destacou que o novo currículo buscava inovar e diferenciar-se dos modelos desenvolvidos em outras instituições, com o objetivo de definir um papel específico para o professor de Educação Física da UFPE. Segundo ele, o currículo deveria se adaptar aos "novos tempos e necessidades", refletindo um compromisso com a atualização e relevância do curso no contexto educacional brasileiro (Livro Ata 4, p. 235).

Figura 23: O professor Antônio Roberto destacou que o novo currículo buscava inovar e diferenciar-se dos modelos desenvolvidos em outras instituições (Livro Ata 4, p. 235).



Fonte: registro do autor

As discussões sobre os objetivos do curso resultaram na marcação de uma reunião para reformular alguns pontos, revelando divergências internas sobre a missão do professor de Educação Física e a função do curso. Essas divergências apontam para um debate sobre a identidade do profissional, entre aqueles que defendiam uma visão mais técnica e aqueles que promoviam uma abordagem mais holística e social (Livro Ata 4, p. 241).

Em resposta às demandas por uma formação mais integrada, surgiu a proposta de implementar a interdisciplinaridade entre as disciplinas técnico-desportivas e as de prática de ensino. Para isso, os professores dessas áreas foram encarregados de definir estratégias que favorecessem uma colaboração futura, visando alinhar a formação teórica e prática com as demandas do mercado e da sociedade (Livro Ata 4, p. 364).

A **professora Celi Taffarel** apresentou uma análise crítica da reforma curricular, apontando tanto avanços quanto retrocessos no curso. Ela argumentou que seria um retrocesso reduzir a Educação Física a uma mera atividade física, sem considerar seu caráter científico e suas implicações sociais. Segundo ela, limitar o curso à relação homem-corpo, ignorando a relação homem-sociedade, poderia empobrecer a formação dos estudantes e desvalorizar o potencial transformador da Educação Física no contexto social (Livro Ata 4, p. 395).

O **processo de reforma curricular** registrado no Livro Ata 4 ilustra uma fase de autocritica e adaptação no curso de Educação Física da UFPE. A tentativa de definir um papel claro para o professor de Educação Física, equilibrando a dimensão técnica e a social, representa um esforço para ajustar o curso às novas realidades e expectativas profissionais. A busca por interdisciplinaridade e as discussões sobre os objetivos refletem um compromisso com uma formação completa e relevante, que contempla tanto o desenvolvimento físico quanto o impacto social. Importante salientar que esse período do livro ata 4 é o final da ditadura e começo do período de redemocratização do país.

4.9 Análise Documental - Livro Ata 4: Desafios na Administração e Relações entre Professores e Estudantes

O **Livro Ata 4** documenta questões administrativas e conflitos no Departamento de Educação Física da UFPE, abordando a relação entre professores e estudantes, desafios na infraestrutura e na organização das atividades, além de problemas de gestão e comunicação no corpo docente. As atas revelam tensões na implementação de normas e na busca por melhorias nas condições de ensino, destacando a complexidade das dinâmicas internas do curso.

A **professora Delza** questionou sua exclusão das reuniões, e a discussão revelou uma falta de quórum frequente em 1982, o que resultou em poucos encontros e presença limitada dos docentes. O colegiado solicitou mais empenho e comprometimento dos professores para manter a regularidade das reuniões e discussões (Livro Ata 4, p. 6). Em uma dessas reuniões, houve também uma discussão sobre os critérios de pontuação para o magistério superior, onde Delza questionou o fato de especializações terem mais peso que mestrados. O **professor Antônio Maria** explicou

que cada departamento tinha autonomia para essa decisão e que, considerando a maioria dos docentes com especialização, optaram por dar prioridade a essa titulação (Livro Ata 4, p. 15-16).

Estudantes reclamaram sobre a **professora Micheli Ortega Escobar**, acusando-a de “irresponsabilidade” e criticando suas revisões de provas, que não eram mais permitidas pelo regulamento. A professora justificou suas ações, aceitas pela pró-reitoria, mas uma sindicância foi aberta para investigar o desaparecimento de provas sob sua responsabilidade (Livro Ata 4, p. 66). Houve também a abolição do uso de uniformes para aulas teóricas, proibindo shorts e bermudas, embora as queixas continuassem devido ao descumprimento dessa norma por alguns professores, que eram criticados por não darem exemplo aos alunos (Livro Ata 4, p. 78, 90).

Para lidar com a frequência dos professores, o departamento propôs o uso de atas em que estudantes bolsistas registrariam a presença dos professores, mas sem informar os alunos sobre o motivo da medida. Posteriormente, foi estabelecido um limite de dez minutos de tolerância para atrasos dos docentes, e foi sugerido o uso de questionários para avaliar o desempenho dos professores (Livro Ata 4, p. 169, 203, 251).

Com o agravamento das faltas devido a uma greve de servidores, o representante estudantil destacou a imagem negativa que essa situação trazia ao curso e ao departamento (Livro Ata 4, p. 292).

Figura 24: a imagem negativa que essa situação trazia ao curso e ao departamento (Livro Ata 4, p. 292).

Condição, com a palavra, expôs o problema sobre a falta dos docentes do Alunado, informando a dificuldade de acesso à Escóla de fã e a greve dos servidores, impedindo o controle de registro das faltas. O representante estudantil disse que o principal problema do Alunado é a imagem negativa que esta situação pode representar para o curso, núcleo e Departamento. O professor Antônio Maria disse lamentar a situação do Alunado por um, mas a- dia possível a reposição de aulas. O representante estudantil propôs inscrição e tempo determinado para falas, o que foi acatado pe-

Fonte: registro do autor

Um episódio específico envolveu um estudante que afixou um poema com termos pejorativos sobre os professores, levando um dos docentes a rasgar o documento. Esse incidente gerou uma discussão sobre o limite da liberdade de expressão no ambiente acadêmico. Alguns professores, em protesto, ausentaram-se da reunião. Os estudantes aproveitaram o momento para levantar queixas sobre a falta de respeito de alguns professores ao ouvir as demandas dos alunos (Livro Ata 4, p. 339).

Figura 25: Os estudantes aproveitaram o momento para levantar queixas sobre a falta de respeito de alguns professores ao ouvir as demandas dos alunos (Livro Ata 4, p. 339).

término da reunião, o professor Lourenço pediu a palavra para expor sobre um fato ocorrido neste Departamento, quando tomou conhecimento de um poema do aluno Ivan de Barros, afixado no mural da Cantina do Núcleo de Educação Física e Desportos desta Universidade, no qual o aluno citou nomes de professores, com termos pejorativos, achando que esta atitude de desrespeito por parte do aluno não tinha fundamento, tratando-se de uma atitude agressiva, violenta e, em contrapartida, achou-se no dever de tomar uma atitude também agressiva, rasgando o poema, alegando ter tomado esta atitude em defesa dos demais colegas de profissão. Após a explanação do professor Lourenço, o Pleno entrou em discussão. O professor Ednilton sugeriu que daqui para diante os cartazes para serem afixados deverão ser submetidos ao visto da Chefia

Fonte: registro do autor

As atas relatam um déficit orçamentário e condições precárias nas salas de aula, incluindo a sala de judô, cujas melhorias eram solicitadas pelo **professor Lee** há seis anos, sem sucesso (Livro Ata 4, p. 82-84). Um incidente entre professores também foi registrado: **Tereza França e Paulo Rubens** foram impedidos de usar uma sala para prática de ensino devido à ocupação da mesma, pelo professor **João Reinaldo**, que se recusou a sair, causando a suspensão da aula dos primeiros professores (Livro Ata 4, p. 91-92).

As condições dos vestiários e outros espaços de ensino também foram criticadas, sendo apontadas como barreiras ao bom funcionamento das aulas. Além disso, houve um problema com equipamentos desaparecidos do laboratório de fisiologia, motivando uma discussão sobre a necessidade de instalar grades para segurança do material (Livro Ata 4, p. 156, 389).

Em discussões administrativas, os professores enfatizaram a necessidade de coesão e de um planejamento claro para o curso, acreditando que o departamento estava passando por um processo de desbloqueio com as mudanças de chefia (Livro Ata 4, p. 137-140). Foram levantadas questões sobre a carga horária e a dedicação exclusiva dos docentes, com destaque para a sobrecarga da professora **Micheli Escobar** (Livro Ata 4, p. 115, 149).

Um ponto significativo foi a reestruturação burocrática, onde o núcleo de Educação Física e Desportos passou a ser vinculado diretamente ao gabinete do reitor, fortalecendo a representação do curso na estrutura da universidade (Livro Ata 4, p. 155).

O representante estudantil propôs eleições diretas para chefia e subchefia do departamento, seguindo o modelo de outras universidades brasileiras, sugerindo que professores, funcionários e estudantes participassem da votação (Livro Ata 4, p. 294). A proposta foi discutida em conjunto com outras pautas eleitorais e a participação do DCE, ASUFEPE e ADUFEPE, refletindo uma tentativa de democratizar as decisões departamentais (Livro Ata 4, p. 302-307).

O **Livro Ata 4** evidencia um ambiente de desafios e tensões administrativas no curso de Educação Física da UFPE, com questões recorrentes sobre a responsabilidade e a frequência dos docentes, condições precárias de infraestrutura e dificuldades de relacionamento entre professores e estudantes. A documentação também revela tentativas de melhoria e a busca por soluções estruturais, como a democratização das eleições para cargos de chefia, refletindo um desejo por maior integração e transparência nas decisões institucionais.

A infraestrutura do curso também emerge como uma questão crítica nas discussões, com frequentes menções às limitações das salas de aula, dos vestiários e dos espaços de prática física. As condições precárias eram relatadas como um obstáculo ao bom funcionamento das aulas e ao atendimento das necessidades dos estudantes, que sofriam com a falta de recursos adequados para as atividades práticas. A documentação indica que o departamento buscava soluções para esses problemas, mas esbarrava na falta de verbas e no descaso institucional, evidenciando uma precariedade que impactava diretamente a qualidade da formação oferecida.

Esse contexto levou a reivindicações constantes por melhorias, além de uma pressão crescente para que a administração se envolvesse mais ativamente na resolução desses entraves.

As relações entre professores e estudantes também se mostravam tensas, com diversas queixas e críticas dos alunos sobre a postura e a conduta dos docentes. Relatos de faltas frequentes, posturas pouco acessíveis e desinteresse em dialogar com os alunos evidenciam um ambiente em que a falta de comunicação e compreensão mútua dificultava a convivência. Essas tensões eram acentuadas por incidentes específicos, como a reclamação de estudantes sobre avaliações e métodos de ensino considerados inadequados, além de episódios de desrespeito e conflitos pessoais que dificultavam o clima acadêmico. Esse cenário reforça a importância de uma administração mais proativa e transparente, que promovesse uma convivência saudável e favorecesse o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos.

Diante desses problemas, o **Livro Ata 4** também registra tentativas de melhoria e iniciativas que buscavam sanar as deficiências do curso. Entre as principais medidas, destaca-se o esforço para democratizar as eleições para cargos de chefia, uma proposta que visava aumentar a transparência e a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica no processo decisório. A ideia de uma eleição direta para chefe de departamento, com a participação de professores, funcionários e estudantes, demonstra um desejo de promover uma maior integração entre os membros da instituição, refletindo o contexto de redemocratização que o país vivia. Essa proposta revela uma busca por representatividade e inclusão, um esforço para transformar o departamento em um espaço onde as decisões fossem compartilhadas e a governança fosse mais democrática.

O tema da responsabilidade docente também foi alvo de discussões que buscavam fortalecer a ética e o compromisso dos professores com a educação e o desenvolvimento dos estudantes. O **Livro Ata 4** registra a criação de diretrizes para monitorar a assiduidade e a pontualidade dos docentes, com a implementação de medidas que visavam tornar mais rigoroso o controle sobre as faltas e melhorar o acompanhamento das atividades. A ideia de realizar avaliações periódicas e a proposta de um questionário de feedback dos estudantes sobre o desempenho dos professores indicam uma tentativa de estabelecer um padrão de qualidade e

responsabilidade no ensino, promovendo uma relação mais responsável e comprometida entre docentes e alunos.

Além das questões de infraestrutura e assiduidade, o **Livro Ata 4** destaca problemas administrativos e burocráticos que dificultavam a gestão do departamento. As dificuldades em organizar horários de aulas, a falta de material didático e os problemas com o quadro de pessoal eram frequentes, revelando a complexidade da gestão acadêmica em um período de escassez de recursos e de infraestrutura inadequada. Essas dificuldades mostravam a necessidade de uma reestruturação administrativa que permitisse ao departamento de Educação Física lidar de forma mais eficiente com seus desafios internos e que facilitasse o desenvolvimento de um ambiente de ensino mais adequado às necessidades dos estudantes.

A busca por soluções estruturais também incluía o incentivo à formação continuada e à especialização dos docentes, com o propósito de aprimorar a qualidade do ensino oferecido. As atas indicam que havia um movimento para apoiar a capacitação dos professores, promovendo a realização de cursos de especialização, congressos e intercâmbios acadêmicos. Essas iniciativas demonstravam uma visão de futuro para o departamento, que buscava qualificar seus professores para enfrentar as demandas de um mercado de trabalho em expansão e cada vez mais exigente. Esse compromisso com a melhoria contínua da qualificação dos docentes visava consolidar o curso de Educação Física como uma referência na formação de profissionais competentes e engajados.

Outro aspecto revelado pelo **Livro Ata 4** é a tentativa de ampliar as atividades de extensão e de promover eventos que envolvessem tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade em geral. A organização de seminários, congressos e atividades esportivas e culturais indicava um esforço para integrar a universidade com a comunidade, promovendo a Educação Física como uma área de impacto social. Esses eventos eram oportunidades para os estudantes vivenciarem o conhecimento teórico na prática e para o curso se posicionar como um ator relevante na promoção da saúde, do esporte e do bem-estar social, o que representava um avanço significativo para a instituição.

A documentação também destaca o esforço do departamento em fortalecer a comunicação interna e garantir que as decisões administrativas fossem discutidas de forma mais aberta. Esse compromisso com a transparência visava reduzir as tensões entre professores e alunos, além de evitar os mal-entendidos que frequentemente surgiam devido à falta de clareza nos processos decisórios. O **Livro Ata 4** reflete uma mudança na postura do colegiado, que buscava incentivar uma comunicação mais fluida e aberta, criando um ambiente mais colaborativo e menos burocrático.

Por fim, o **Livro Ata 4** evidencia uma tentativa do colegiado de modernizar o curso e de adaptá-lo às novas demandas da sociedade. O desejo de promover uma educação mais inclusiva e democrática, de fortalecer a formação continuada dos professores e de ampliar as atividades de extensão demonstra um compromisso com a inovação e com a transformação do curso. As atas revelam um esforço contínuo para adaptar o curso de Educação Física a um contexto em que a universidade brasileira, de maneira geral, começava a se reconfigurar em direção à democratização e à inclusão social.

5 Considerações Finais

As considerações finais sobre a pesquisa *Memórias e Identidade Profissionais no Curso de Educação Física da UFPE, durante a Ditadura Militar* destacam o impacto profundo do contexto autoritário na formação acadêmica e na construção da identidade dos profissionais de Educação Física. Durante o período da ditadura militar (1973-1987), o curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) não se limitou a ser um espaço de ensino técnico e físico, mas também um ambiente permeado por tensões, desafios e adaptações às diretrizes políticas e sociais impostas pelo regime.

As atas do colegiado do curso, enquanto documentos históricos refletem como o autoritarismo influenciou o desenvolvimento de um currículo disciplinador e a formação de um perfil profissional alinhado aos valores de ordem e conformidade desejados pelo regime. Essas práticas ajudaram a moldar a identidade dos profissionais de Educação Física da época, que, ao ingressarem no mercado de trabalho, carregavam consigo os resquícios de uma formação marcada por valores de disciplina e controle.

A memória desse período, preservada nas atas e nas práticas institucionais, revela a ambiguidade da formação acadêmica em Educação Física durante a ditadura. Por um lado, os profissionais de Educação Física eram incentivados a se tornarem agentes de controle social, promovendo uma disciplina corporal que reforçava valores de obediência. Por outro lado, essas memórias também evidenciam o esforço de alguns membros do colegiado para preservar, e até expandir dentro das limitações impostas, a abordagem pedagógica do curso, incluindo, ainda que de forma superficial, disciplinas e práticas que pudessem fomentar uma reflexão crítica sobre a relação entre corpo, sociedade e política. Essa dualidade moldou uma identidade profissional na qual a técnica e a prática física eram prioritárias, mas que, ao mesmo tempo, abrigava uma consciência latente da importância de aspectos sociais e culturais, os quais se desenvolveriam com o processo de redemocratização.

Ao analisar as memórias preservadas nos documentos, observa-se que o colegiado do curso desempenhou um papel fundamental ao enfrentar as restrições e na busca por uma educação que fosse além do simples condicionamento físico. A presença de disciplinas das Ciências Sociais, como Sociologia, embora limitada, sugere

que o colegiado buscava introduzir uma visão mais complexa da Educação Física, ainda que operando sob vigilância e restrições políticas. A resistência em expandir essa formação crítica, imposta pelo contexto autoritário, restringia o potencial do curso, mas não anulava os esforços de alguns profissionais em promover uma educação mais completa. Essas práticas de resistência silenciosa são parte significativa da memória institucional do curso e contribuíram para a formação de uma identidade profissional que, posteriormente, questionaria o modelo autoritário.

A identidade profissional dos egressos formados na UFPE durante a ditadura militar reflete, portanto, um contexto educacional restritivo, mas que semeou as bases para futuras transformações. A visão técnica e disciplinadora imposta pela conjuntura política não foi completamente anulada com a redemocratização, mas passou a ser confrontada com novas práticas e discursos que valorizavam a formação integral e crítica. A partir das memórias e práticas registradas nesse período, observa-se que a identidade profissional dos profissionais de Educação Física foi construída em um campo de tensão entre o controle disciplinar e a busca por uma educação cidadã e reflexiva. Esse legado contribuiu para que, após o fim da ditadura, esses profissionais reavaliaram seu papel na sociedade e passaram a incorporar uma perspectiva mais inclusiva e transformadora em suas práticas.

As tensões e os desafios enfrentados pelo colegiado também contribuíram para que o curso de Educação Física da UFPE se tornasse um espaço de resistência institucional, onde ideias de maior participação e inclusão começaram a surgir, mesmo sob o autoritarismo. A documentação revela tentativas de democratização, como a proposta de eleições mais inclusivas para cargos de chefia, o que demonstrava o desejo de construir um ambiente acadêmico mais representativo e participativo. Esse esforço por maior transparência e integração reforçou a memória do curso, evidenciando a importância de uma governança acadêmica que promovesse uma educação comprometida não apenas com a técnica, mas também com a formação cidadã dos estudantes.

O papel do colegiado e as memórias institucionais registradas durante a ditadura militar contribuíram para que, após a redemocratização, o curso de Educação Física da UFPE fosse reestruturado para atender às demandas de uma sociedade que valorizava a democracia, a inclusão e a reflexão crítica. O processo de

transformação curricular, iniciado após o fim do regime, pode ser interpretado como uma continuidade e um aprofundamento dos esforços feitos por alguns membros do colegiado durante a ditadura. A identidade profissional dos profissionais de Educação Física formados nas décadas subsequentes incorporou esses valores, refletindo uma formação que, embora ainda baseada em uma prática técnica, passou a valorizar a compreensão do papel social e cultural da Educação Física, promovendo uma formação mais humanista e integrada.

As memórias preservadas nos documentos das atas e o impacto da ditadura na formação desses profissionais de Educação Física servem, portanto, como ponto de reflexão sobre a importância de contextos políticos e sociais na construção da identidade acadêmica e profissional. O autoritarismo limitou o desenvolvimento de uma visão crítica e ampliada da Educação Física, mas também incentivou, paradoxalmente, o surgimento de uma consciência sobre a necessidade de resistir e transformar o ensino e a prática educacional. Essa memória, marcada por desafios e superações, enriquece a identidade profissional dos profissionais de Educação Física da UFPE, conferindo a esses profissionais uma compreensão mais complexa de seu papel como agentes de mudança social.

Assim, a análise das memórias e da identidade profissional dos profissionais de Educação Física formados na UFPE durante a ditadura militar revela um legado de desafios e transformações que moldaram o curso e sua influência na sociedade. A documentação histórica desse período permite compreender como o ambiente autoritário não apenas moldou, mas também impulsionou, uma busca por valores democráticos e cidadãos na formação acadêmica. O estudo dessas memórias fortalece a compreensão de que, mesmo em contextos adversos, a educação pode servir como um espaço de resistência e construção, contribuindo para uma identidade profissional que valoriza tanto a técnica quanto a reflexão crítica e o compromisso com o desenvolvimento social.

Abro um “parentes” para a falta de zelo e cuidado com as memórias produzidas pela universidade, esses livros ata que são peças fundamentais para a produção dessa pesquisa, deveria ter um maior cuidado com sua preservação. A Universidade Federal de Pernambuco pelo seu papel histórico frente ao país, deveria ter maior cuidado com seu passado, fontes riquíssima da memória institucional, os livros atas

estavam guardados sem seus devidos cuidados em caixas no departamento de educação física. Empoeirados e sujo com dejetos de animais, o manuseio e a leitura só foi possível com o uso de mascaras e luvas. Como uma pequena sugestão da pesquisa esse material tivesse seu devido armazenamento e posteriormente digitalizado para que essas memórias não se perdessem com o tempo.

REFERÊNCIAS

ADAMS, R. C. et al. **Jogos, esportes e exercícios para o deficiente físico**. São Paulo: Manole, 1985.

BARBOSA, Saulo Cavalari et al. **A esportivização da Educação Física no ambiente escolar**. Revista Digital Efdeportes, Buenos Aires, v. 133, n. 1, p.1-1, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd133/a-esportivizacao-da-educacaofisica.htm>>. Acesso em: 24 set. 2022.

BELHOSTE, B. **Resume de l'exposé de Bruno Belhoste au service d'histoire de l'éducation**. Paris: INRP, 1995.

BELTRAMI, Dalva Marim. **A educação física no âmbito da política educacional no Brasil pós-64**. São Paulo; 1992. 213p. Dissertação (Mestrado) Programa de Estudos Pós-Graduados em História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

BETTI, Mauro. **Educação Física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, Mauro. **A Educação Física não é mais aquela**. Motriz, Rio Claro, v. 1, n. 1, p.81-83, jul. 1995.

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. **Educação Física Escolar: Uma proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 1, n. 1, p.73-81, set. 2002.

BETTI, Mauro. **COPA DO MUNDO E JOGOS OLÍMPICOS: inversionalidade e transversalidades na cultura esportiva e na Educação Física escolar**. Motrivivência, Florianópolis, n. 32-33, p. 16-27, jan. 2009. ISSN 2175-8042. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2009n32-33p16>>. Acesso em: 25 set. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2009n32-33p16>

BENITES, L.; SOUZA, S.; HUNGER, D. **O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, maio/ago. 2008.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de pedagogia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **Pierre Bourdieu – entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002^a (Coleção Pensamento Contemporâneo). Nota de Leitura disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TndDDyTgZTbVTtR4SXRyM6R/?format=pdf>. Acesso em 23 nov 2022.

BRACHT, Valter. *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in) feliz*. 3^a edição. Ijuí: Unijuí, 2007.

BRACHT, Valter; ALMEIDA, Felipe Quintão de. A Política de Esporte Escolar no Brasil: A pseudovalorização da Educação Física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 24, n. 3, p.87-101, maio 2003. BRASIL. II Plano Nacional de Desenvolvimento. Brasília, 1975. Disponível em: <http://goo.g1/zDRGrx>. Acesso em 13 dez. 2022.

BRASIL. II Plano Setorial de Educação e Cultura. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976c. Disponível em: <http://goo.g13An7zk>>. Acesso em 13 dez. 2022.

BRASIL. III Plano setorial de educação, cultura e desporto – 1980-1985. 1980b. Disponível em: <http://goo.g1/ZJSQxw>>. Acesso em 13 dez. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Diário oficial da União, Rio de Janeiro, GB, 9 abr. 1964. Disponível em:

<http://goo.g1/b8WWMP>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº5, de 13 de dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Ato Institucional nº12, de 1º de setembro de 1969. Dispõe sobre o exercício temporário das funções de Presidente da República pelos Ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, enquanto durar o impedimento, por motivo de saúde, do Marechal Arthur da Costa e Silva, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, GB, 1 set. 1969b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atoins/1960-1969/atoinstitucional-12-31-agosto1969-363943-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1967a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Decreto Lei nº 594, de 27 de maio de 1969. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de maio de 1969a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0594.htm>. Acesso em: 13 dez. 2017. BRASIL. Decreto nº 69.450, de 01 de novembro de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em:

BRASIL. Decreto nº 69.450, de 01 de novembro de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1971. Disponível em: Acesso em: 13 dez. 2022

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Diário oficial da União. Brasília, Df, 1968. Disponível em: Acesso em: 13 dez. 2017. BRASIL. Lei nº 5.962, de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1971. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971. Dispõe sobre o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1972 a 1974. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 de nov. 1971c. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED). Brasília: Ministério da Educação e Cultura: Departamento de Documentação e Divulgação, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 1976a.

BRASIL. Lei nº 6.339, de 1º de julho de 1976. Dá nova redação ao artigo 250 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, alterado pelo artigo 50, da Lei número 4.961, de 4 de maio de 1966, e ao artigo 118 da Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 jul. 1976b. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2017. BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: IBRASA, 1984.

BRASIL. Resolução nº1, de 20 de maio de 1980a. Aprova as partes reformuladas do III Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para exercícios de 1980 a 1985. Brasília. Senado Federal, 1980a. Disponível em: . Acesso em: 13 dez. 2022.

CAVALCANTE, M. E. L. **O ensino superior da educação física no Estado de Pernambuco**. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

CARVALHO, J.M. Forças Armadas e política no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CASTELLANI FILHO, Lino. Educação física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

CASTELLANI FILHO, Lino. A Educação Física no Sistema Educacional Brasileiro: Percursos Paradoxos e Perspectivas. 1999. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

CASTRO, Celso. In corpore sano: os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, n.2, p. 61-78, 1997. Coletivo de Autores. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Editora Cortez.

CERTEAU, M. A Escrita da História. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CHERVEL, A. História da disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHEVALARD, Y. La transposición didáctica. Buenos Aires: Aique, 1991.

COSTA, Lamartine Pereira da; TAKAHASHI, George, Massao. Fundamentos do Esporte para todos. Brasília: MEC, 1983.

COSTA, Martha Benevides da; SANTOS JUNIOR, Cláudio de Lira. **Avaliação em Educação Física Escolar**: o professor como sujeito avaliado no processo educativo. Disponível em: <http://www.grupomel.ufba.br/textos/download/avaliacao_em_educacao_fisica_escolar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

COSTA, M. A. N. **A educação para e pelo lazer no Colégio Americano Batista**: uma análise dos dispositivos de controle das emoções à luz da teoria elisiana (1960 – 1990). 2014. 281 f. Doutorado em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Recife, 2014.

DAOLIO, Jocimar. EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA: Autores e Atores da Década de 80. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v. 3, n. 18, p.182-191, maio 1997.

DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade. - Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ELIAS, N. **What is Sociology?** New York: Columbia University Press, 1978.

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Tradução: Ruy

Jungmann. Revisão e apresentação: Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ESTEVES, Bruno Botti. Educação Física Escolar e Esporte: como foi que se tornaram 'sinônimos' em terras brasileiras. Revista Digital Efdeportes, Buenos Aires, v. 207, n. 20, p.1-1, ago. 2015. Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2022.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011

FERREIRA, Arthur Orlando da Costa. Boletim Técnico e Informativo. Brasília, n. 1, p. 5-6, 1968.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo. A educação física na crise da modernidade. 1999. 213 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253704>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

GEBARA, Ademir. Considerações sobre a história do esporte e do lazer no brasil. **XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, João Pessoa, 2003.

GERMANO, José Willington. Estado Militar e educação no Brasil. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GERMANO, José Willington. O Discurso sobre a Educação no Brasil Autoritário. Cedes, Campinas, v. 28, n. 76, p.313-332, dez. 2008. Disponível em: >. Acesso em: 24 set. 2022.

GÓIS JUNIOR, Edvaldo; SIMÕES, José Luis. **História da Educação Física no Brasil**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. 166 p.

GONÇALVES JUNIOR, Luiz. Lazer no período da ditadura militar: o desvelar de depoimentos de sindicalistas da Grande São Paulo - Brasil. Revista Corpoconsciência, Santo André, n. 10, p. 35-55, 2o sem., 2002. (ISSN 1517-6096).

HARTOG, François. Evidências em História: o que veem os historiadores. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Kolyniak, C; Filho. (1998). Educação Física: uma introdução. São Paulo: Editora PUC.

Maciel, T. B. (2013). A Educação Física e os esportes nos Institutos Federais em Educação, Ciência e Tecnologia: debatendo os rumos da formação dos estudantes. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Rio de Janeiro. MEC-USP / SEED-FUNDUSP. Parque “Esporte para Todos”. Revista Brasileira de Educação Física e Desportos. Brasília, n. 42, p. 47-68.

GOODSON, I. Currículo: teoria e história. Petrópolis: Vozes, 1995b.

GOODSON, I. Historia del currículum: la construcción social de las disciplinas escolares. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1995a.

GUAITA, Nicole Roessle; SILVA, Marcelo Moraes e. O professor de educação física e o status social: o caso regulamentação da profissão. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 01, p.131-149, jan/abr. 2007.

HALL, Stuart. Identidades culturais na pós modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2006

HÉBRARD, J. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, M. (Org.). Leitura, hist Leitura, hist Leitura, hist Leitura, história e hist ria e hist ria e hist ria e história da leitura. ria da leitura Campinas: Mercado de Letras, 1999.

KOHL, H. G **Educação e capoeira**: figurações emocionais na cidade do Recife-PE-Brasil. 2012. 390 f. Doutorado em Educação. Recife: programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, 2013.

LANDINI, T. S. A Sociologia de Norbert Elias. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo, n. 61, p. 91-108, 2006.

LE JAN, Régine. O historiador e suas fontes: Construção, desconstrução, reconstrução. Signum-Revista da ABREM, v. 17, n. 1, p. 5-26, 2016.

LIMA, Rubens Rodrigues. Para compreender a história da Educação Física. **Educação e Fronteiras**, v. 2, n. 5, p. 149-159, 2012.

MARTINS, Iguatemy Maria de Lucena; BARROS, José Maria de Camargo; TESSARI, Marino. Formação Superior em Educação Física: Considerações à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais e do Documento de Intervenção do CONFEF. **Revista Educação Física**, Rio de Janeiro, n. 15, p.22-24, mar. 2005.

METZNER, Andreia Cristina; RODRIGUES, Wallace Anderson. **EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR BRASILEIRA: DO BRASIL IMPÉRIO ATÉ OS DIAS ATUAIS**. Disponível em: <<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/16/30032011212850.pdf>>. Acesso em: 22 nov 2022.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: contexto, 2014. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. Educ. Pesqui. [online]. 2002, vol.28, n.1, pp.51-75. ISSN 1517-9702. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000100004>.

NASCIMENTO, Hercília Melo do. A Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal de Pernambuco: um olhar dos primeiros egressos. Disponível em: DISSERTAÇÃO Hercilia Melo do Nascimento.pdf (ufpe.br). Acesso em 25 abr 2021.

NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: Características, Usos e Possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, 2º SEM./1996.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **EDUCAÇÃO FÍSICA E REORDENAMENTO NO MUNDO DO TRABALHO**: Mediações da regulamentação da profissão. 2004. 377 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Educação Física escolar e ditadura militar no

Brasil (1968-1984): história e historiografia. **Educação e Pesquisa**, v. 28, p. 51-75, 2002.

PEDRINELLI, V. J. Educação física adaptada: conceituação e terminologia. In: PEDRINELLI, V.J. Educação física e desporto para pessoas portadoras de deficiência. Brasília: MEC/Sedes, 1994. p. 7-10.

PENNA, R. Percursos Historiográficos e fontes orais: elementos para uma discussão. **Unimontes Científica**, Montes Claros, v.7, n.1, jan./jun. 2005.

PETRINI, Maira; POZZEBON, Marlei. **Usando Grounded Theory na construção de modelos teóricos**. Gestão & Planejamento-G&P, v. 10, n. 1, 2009.

PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes**. Contexto, São Paulo, 2009.

REI, Bruno Duarte and LUDORF, Sílvia Maria Agatti. Educação física escolar e ditadura militar no Brasil (1964-1985): balanço histórico e novas perspectivas. Rev. educ. fis. UEM [online]. 2012, vol.23, n.3, pp.483-497. ISSN 1983- 3083. <http://dx.doi.org/10.4025/reveducfis.v23i3.15221>.

REIS, José Carlos. O desafio historiográfico. **Editora FGV**, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Tamires Oliveira da. **MEMÓRIA DA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR:: visitando o curso de educação física da universidade federal de pernambuco (1972 a 1985)**. 2017. 113 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25662/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Tamires%20Oliveira%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

SOARES , C. L. Educação física escolar: conhecimento e especificidade. Rev. Paul. Educ. Fís., São Paulo, supl.2, p.6-12, 1996.

SOUZA NETO, Samuel de et al. A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA SOB A PERSPECTIVA DA LEGISLAÇÃO FEDERAL NO SÉCULO XX. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 2, p.113-128, jan. 2004.

TEIXEIRA, Sérgio. Programas Esportivos no Estado Militar: Ações do "Esporte para Todos" Para a educação popular (1973-1990). 2015. 344 f. Tese (Doutorado) - Curso de Curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

VALENTE, Edison Francisco. A desescolarização da Educação Física e do Esporte e o Universalismo olímpico. 223 f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ZONABEND, Françoise. Retour sur archives ou comment Minot s'est écrit . L'Homme, v. 4, n. 200, p. 113-140, 2011.